

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	4
Demonstração do Resultado Abrangente	5
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2025 à 30/09/2025	8
DMPL - 01/01/2024 à 30/09/2024	9
Demonstração de Valor Adicionado	10
Comentário do Desempenho	11
Notas Explicativas	23

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	53
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	54
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	55

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/09/2025
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	1.656.659.368
Preferenciais	0
Total	1.656.659.368
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

#Error

#Error

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2025	Exercício Anterior 31/12/2024
1	Ativo Total	1.404.739	1.506.410
1.01	Ativo Circulante	210.738	283.517
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	67.778	210.539
1.01.02	Aplicações Financeiras	114.429	51.453
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	114.429	51.453
1.01.02.01.03	Aplicações Financeiras	106.175	29.662
1.01.02.01.04	Aplicações Financeiras Vinculadas	8.254	21.791
1.01.03	Contas a Receber	18.370	14.703
1.01.03.01	Clientes	18.370	14.703
1.01.03.01.01	Contas a Receber	18.370	14.703
1.01.06	Tributos a Recuperar	5.951	5.165
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	5.951	5.165
1.01.06.01.01	Tributos Correntes a Recuperar	5.951	5.165
1.01.07	Despesas Antecipadas	2.721	1.507
1.01.07.01	Despesas Antecipadas	2.721	1.507
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	1.489	150
1.01.08.03	Outros	1.489	150
1.01.08.03.02	Outros Créditos	1.489	150
1.02	Ativo Não Circulante	1.194.001	1.222.893
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	156.910	156.877
1.02.01.04	Contas a Receber	23	23
1.02.01.04.02	Outras Contas a Receber	23	23
1.02.01.07	Tributos Diferidos	151.901	151.901
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	151.901	151.901
1.02.01.08	Despesas Antecipadas	1.234	1.311
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	3.752	3.642
1.02.01.10.03	Depósitos Judiciais	3.752	3.642
1.02.03	Imobilizado	8.694	8.333
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	860	1.141
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	7.834	7.192
1.02.04	Intangível	1.028.397	1.057.683
1.02.04.01	Intangíveis	1.028.397	1.057.683
1.02.04.01.02	Intangíveis	992.152	1.004.843
1.02.04.01.03	Infraestrutura em Construção	36.245	52.840

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2025	Exercício Anterior 31/12/2024
2	Passivo Total	1.404.739	1.506.410
2.01	Passivo Circulante	137.445	168.955
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	3.491	3.052
2.01.01.01	Obrigações Sociais	3.491	3.052
2.01.02	Fornecedores	14.353	13.677
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	14.353	13.677
2.01.03	Obrigações Fiscais	3.010	3.213
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	3.010	3.213
2.01.03.01.02	Outras Obrigações Fiscais Federais	3.010	3.213
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	88.175	104.456
2.01.04.02	Debêntures	88.175	104.456
2.01.05	Outras Obrigações	12.180	17.893
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	3.087	3.680
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	3.087	3.680
2.01.05.02	Outros	9.093	14.213
2.01.05.02.04	Cauções Contratuais	4.756	4.773
2.01.05.02.05	Outras Contas a Pagar	1.931	1.955
2.01.05.02.08	Taxa de fiscalização	407	396
2.01.05.02.11	Arrendamento mercantil a pagar	1.999	7.089
2.01.06	Provisões	16.236	26.664
2.01.06.02	Outras Provisões	16.236	26.664
2.01.06.02.04	Provisão para Manutenção em Rodovias	16.236	26.664
2.02	Passivo Não Circulante	799.376	840.511
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	491.332	566.732
2.02.01.02	Debêntures	491.332	566.732
2.02.02	Outras Obrigações	275.327	242.595
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	252.240	228.589
2.02.02.01.03	Débitos com Controladores	252.240	228.589
2.02.02.02	Outros	23.087	14.006
2.02.02.02.06	Obrigações fiscais	16.355	12.820
2.02.02.02.08	Arrendamento mercantil a pagar	6.732	1.186
2.02.04	Provisões	32.717	31.184
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	4.211	4.343
2.02.04.01.05	Riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios	4.211	4.343
2.02.04.02	Outras Provisões	28.506	26.841
2.02.04.02.04	Provisão para Manutenção em Rodovias	28.506	26.841
2.03	Patrimônio Líquido	467.918	496.944
2.03.01	Capital Social Realizado	849.584	1.099.584
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-381.666	-602.640

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2025 à 30/09/2025	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 à 30/09/2025	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2024 à 30/09/2024	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 à 30/09/2024
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	93.722	283.982	96.516	287.981
3.01.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	75.095	222.258	67.965	194.960
3.01.02	Receita de serviços de construção	18.627	61.724	28.551	93.021
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-78.971	-238.113	-83.218	-253.562
3.02.01	Custo dos Serviços Prestados	-60.344	-176.389	-54.667	-160.541
3.02.02	Custo dos Serviços de Construção	-18.627	-61.724	-28.551	-93.021
3.03	Resultado Bruto	14.751	45.869	13.298	34.419
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-2.037	-7.438	-5.477	-19.083
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-3.320	-11.917	-5.967	-19.699
3.04.02.01	Gerais e administrativas	-3.320	-11.917	-5.967	-19.699
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	1.283	4.479	490	616
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	12.714	38.431	7.821	15.336
3.06	Resultado Financeiro	-21.410	-67.457	-18.637	-60.235
3.06.01	Receitas Financeiras	9.956	26.523	7.257	18.369
3.06.01.01	Receitas Financeiras	9.956	26.523	7.257	18.369
3.06.02	Despesas Financeiras	-31.366	-93.980	-25.894	-78.604
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-31.366	-93.980	-25.894	-78.600
3.06.02.02	Variação Cambial Líquida	0	0	0	-4
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-8.696	-29.026	-10.816	-44.899
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-8.696	-29.026	-10.816	-44.899
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-8.696	-29.026	-10.816	-44.899
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	-0,0051	-0,0169	-0,0063	-0,0261
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	-0,0051	-0,0169	-0,0063	-0,0261

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2025 à 30/09/2025	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 à 30/09/2025	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2024 à 30/09/2024	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 à 30/09/2024
4.01	Lucro Líquido do Período	-8.696	-29.026	-10.816	-44.899
4.03	Resultado Abrangente do Período	-8.696	-29.026	-10.816	-44.899

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 à 30/09/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 à 30/09/2024
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	83.822	18.161
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	192.368	149.268
6.01.01.01	(Prejuízo) lucro líquido do exercício	-29.026	-44.899
6.01.01.02	Depreciações e amortizações	107.211	96.679
6.01.01.09	Receita com aplicações financeiras vinculadas	-4.342	-982
6.01.01.10	Juros e variações monetárias líquidas sobre mútuos e debêntures privadas	27.187	21.747
6.01.01.11	Juros e variações monetárias de empréstimos	0	1.164
6.01.01.12	Juros e variações monetárias de debêntures	61.212	47.784
6.01.01.14	Despesa / (receitas) financeira dos ajustes a valor presente	3.602	3.633
6.01.01.15	Constituição de provisão para riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios	1.737	3.273
6.01.01.16	Atualização monetária de provisão para riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios	5	58
6.01.01.17	Constituição de provisão para manutenção	24.782	20.811
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-108.546	-131.107
6.01.02.01	Contas a receber	-3.667	-3.482
6.01.02.04	Despesas antecipadas	-1.137	-1.034
6.01.02.05	Impostos a recuperar	2.066	-1.871
6.01.02.06	Outros créditos	-1.339	-21
6.01.02.07	Depósitos judiciais	-110	10
6.01.02.08	Outras contas a receber	0	238
6.01.02.09	Fornecedores	5.780	-4.419
6.01.02.10	Fornecedores - partes relacionadas	-523	1.324
6.01.02.11	Cauções contratuais de fornecedores	-11	-131
6.01.02.12	Obrigações sociais	439	206
6.01.02.13	Obrigações fiscais	188	-4.476
6.01.02.15	Taxa de Fiscalização	11	10
6.01.02.16	Riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios	-1.874	-3.177
6.01.02.17	Utilização de provisão de manutenção	-36.264	-40.406
6.01.02.18	Custo de transação - empréstimo	1.361	-9.510
6.01.02.19	Pagamento de juros	-73.442	-69.094
6.01.02.20	Outras contas a pagar	-24	4.726
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-130.581	-131.228
6.02.01	Aquisições de itens do ativo imobilizado	0	-23
6.02.02	Aquisições de itens do intangível	-69.095	-84.350
6.02.03	Aplicação financeira vinculada	-136.010	-37.720
6.02.04	Valor resgatado das aplicações vinculadas	151.037	48.166
6.02.10	Aplicação Financeira	-76.513	-57.301
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-96.002	285.194
6.03.03	Pagamento arrendamento mercantil	-8.502	-7.871
6.03.05	Pagamento empréstimos - principal	0	-101.900
6.03.12	Captação de empréstimos empresas ligadas	0	10.000
6.03.13	Pagamentos empréstimo empresas ligadas - principal	0	-163.459
6.03.14	Emissão de debêntures	0	650.000

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 à 30/09/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 à 30/09/2024
6.03.15	Pagamentos debêntures - principal	-87.500	-101.576
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-142.761	172.127
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	210.539	9.104
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	67.778	181.231

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2025 à 30/09/2025

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.099.584	0	0	-602.640	0	496.944
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.099.584	0	0	-602.640	0	496.944
5.04	Transações de Capital com os Sócios	-250.000	0	0	250.000	0	0
5.04.01	Aumentos de Capital	-250.000	0	0	250.000	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-29.026	0	-29.026
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-29.026	0	-29.026
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	849.584	0	0	-381.666	0	467.918

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2024 à 30/09/2024

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.099.584	0	0	-472.217	0	627.367
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.099.584	0	0	-472.217	0	627.367
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-44.899	0	-44.899
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-44.899	0	-44.899
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	1.099.584	0	0	-517.116	0	582.468

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2025 à 30/09/2025	Anterior 01/01/2024 à 30/09/2024
7.01	Receitas	316.508	309.743
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	242.727	212.432
7.01.02	Outras Receitas	73.781	97.311
7.01.02.01	Receita dos Serviços de Construção	61.724	93.021
7.01.02.02	Outras receitas	5.369	1.651
7.01.02.03	Juros Capitalizados	6.688	2.639
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-121.647	-151.197
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-19.330	-19.987
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-7.062	-7.922
7.02.04	Outros	-95.255	-123.288
7.02.04.01	Custo dos Serviços de Construção	-61.724	-93.021
7.02.04.02	Custo da Concessão	-5.665	-5.158
7.02.04.03	Custos de Provisão de Manutenção em Rodovias	-24.782	-20.811
7.02.04.04	Outros	-3.084	-4.298
7.03	Valor Adicionado Bruto	194.861	158.546
7.04	Retenções	-107.211	-96.679
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-107.211	-96.679
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	87.650	61.867
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	26.523	18.365
7.06.02	Receitas Financeiras	26.523	18.369
7.06.03	Outros	0	-4
7.06.03.04	Outros	0	-4
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	114.173	80.232
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	114.173	80.232
7.08.01	Pessoal	21.379	25.167
7.08.01.01	Remuneração Direta	15.776	19.334
7.08.01.02	Benefícios	4.516	4.683
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.087	1.150
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	21.244	18.724
7.08.02.01	Federais	9.068	8.036
7.08.02.02	Estaduais	9	27
7.08.02.03	Municipais	12.167	10.661
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	73.389	59.493
7.08.03.01	Juros	61.212	48.948
7.08.03.02	Aluguéis	97	247
7.08.03.03	Outras	12.080	10.298
7.08.03.03.01	Juros Capitalizados BNDES	0	1
7.08.03.03.02	Juros capitalizados Debêntures	6.688	2.638
7.08.03.03.04	Outras	5.392	7.659
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-29.026	-44.899
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-29.026	-44.899
7.08.05	Outros	27.187	21.747
7.08.05.01	Juros Debêntures privadas e Mútuos	27.187	21.747

Comentário do Desempenho

RELEASE DE RESULTADOS 3T25

Comentário do Desempenho



Rio Negro, 13 de novembro de 2025 – Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Administração da Autopista Planalto Sul S.A. ("Companhia" ou "Planalto Sul") apresenta aos seus investidores e ao mercado o Release de Resultados referente ao terceiro trimestre de 2025 ("3T25").

As informações financeiras e operacionais a seguir, salvo indicação em contrário, estão em conformidade com a Legislação Societária e os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Os valores e dados não constantes no balanço patrimonial, demonstração de resultados e notas explicativas das demonstrações contábeis não foram objeto de revisão pelos auditores independentes.

Nos termos da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, a Diretoria da Companhia declara que discutiu, revisou e aprovou, por unanimidade, as informações contidas no Relatório emitido pela Deloitte Touche Tohmatsu Ltda. ("Deloitte") sobre o presente Release de Resultados, bem como as respectivas Informações Trimestrais referentes ao período encerrado em 30 de setembro de 2025.

INTRODUÇÃO

A Autopista Planalto Sul S.A. ("Companhia" ou "Planalto Sul"), concessionária controlada pela Arteris S.A., é responsável pela administração de 412,7 km da Rodovia BR-116, conectando Curitiba (PR) à divisa de Santa Catarina com o Rio Grande do Sul. A concessão, firmada com a União por meio da ANTT, teve início em 2008 e possui vigência até 2033.

A malha viária sob gestão da Companhia atravessa 18 municípios nos estados do Paraná e Santa Catarina, desempenhando papel estratégico no escoamento da produção agrícola da região Sul e na ligação entre o Sudeste e o interior dos estados de SC e RS. A operação conta com 5 praças de pedágio em funcionamento e é marcada por um perfil logístico robusto, com predominância de veículos pesados (cerca de 71%), refletindo a vocação da rodovia para o transporte de cargas.

A Companhia realiza atividades de restauração, modernização, monitoramento, manutenção e operação da rodovia, além de prestar serviços de atendimento aos usuários e emergências. A infraestrutura inclui bases de Serviço de Atendimento ao Usuário (SAU), passarelas, pontos de ônibus cobertos e sistemas tecnológicos de controle e comunicação de tráfego. A previsibilidade contratual, aliada à relevância logística da concessão, sustenta a geração de valor e reforça a atratividade do ativo no portfólio da Arteris.

DESTAQUES OPERACIONAIS E FINANCEIROS – 3T25

Tráfego Pedagiado

A Companhia apresentou crescimento de **4,1%** no tráfego no 3T25, com **9,8 milhões de veículos equivalentes**. O *mix* de veículos equivalentes foi de **76,3%** do tráfego representado por veículos pesados e **23,7%** por veículos de leves.

Receita de Pedágio

A receita de pedágio da Companhia totalizou **R\$ 82,0 milhões** no 3T25, com crescimento de **10,6%** quando comparado com o mesmo período do ano anterior.

EBITDA Ajustado e Margem

O EBITDA Ajustado totalizou **R\$ 57,7 milhões** no 3T25, acréscimo de **21,1%**, com margem de **76,8%**.

Comentário do Desempenho



DESEMPENHO OPERACIONAL

TRÁFEGO PEDAGIADO

Veículos Equivalentes (Mil)	3T25	3T24	Δ%	9M25	9M24	Δ%
Total	9.762	9.381	4,1%	28.894	26.887	7,5%
Leves	2.315	2.297	0,8%	6.905	6.801	1,5%
Pesados	7.447	7.083	5,1%	21.989	20.086	9,5%

A Planalto Sul registrou 9,8 milhões de veículos equivalentes no 3T25, representando um crescimento de 4,1% em relação ao mesmo período de 2024. Esse desempenho foi impulsionado principalmente pelo aumento de 5,1% no tráfego de veículos pesados, reflexo das exportações aquecidas de carnes bovinas e soja, que tiveram um desempenho positivo no trimestre. Já o segmento de veículos leves cresceu 0,8%, favorecido pelas festas regionais.

Vale destacar que o 3T25 marcou um recorde histórico de tráfego trimestral para a Planalto Sul desde o início da concessão, reforçando a relevância logística da rodovia no escoamento da produção e no transporte de passageiros.

No acumulado dos primeiros nove meses de 2025, o tráfego totalizou 28,9 milhões de veículos equivalentes, alta de 7,5% frente ao mesmo período do ano anterior. O destaque ficou novamente com os veículos pesados, que avançaram 9,5%, impulsionados pelo bom desempenho das exportações. Os veículos leves apresentaram crescimento de 1,5%, devido os feriados prolongados e a cobrança do eixo suspenso (MDF-e), que contribuíram positivamente para o resultado.

TARIFA MÉDIA

Tarifa Média (R\$/Veic. Equiv.)	3T25	3T24	Δ%	9M25	9M24	Δ%
Tarifa Média	8,40	7,90	6,3%	8,40	7,90	6,3%

A tarifa média no 3T25 foi de R\$ 8,40, representando um crescimento de 6,3% em relação ao 3T24. Esse aumento reflete o reajuste tarifário aplicado em dezembro de 2024, com base no IPCA acumulado, conforme previsto contratualmente.

No acumulado dos 9M25, a tarifa média também foi de R\$ 8,40, mantendo o patamar observado no trimestre e registrando variação equivalente de 6,3% frente aos 9M24.

O reajuste tarifário anual da Companhia tem como data-base o mês de dezembro, considerando a aplicação do IPCA acumulado no período, conforme estipulado no contrato de concessão.

Comentário do Desempenho

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

RECEITA OPERACIONAL

R\$ mil	3T25	3T24	Δ%	9M25	9M24	Δ%
Receita Bruta	100.947	102.982	(2,0%)	305.341	306.488	(0,4%)
Receitas de pedágio	82.008	74.115	10,6%	242.727	212.432	14,3%
Receitas de Construção	18.627	28.551	(34,8%)	61.724	93.021	(33,6%)
Outras Receitas	312	316	(1,3%)	890	1.035	(14,0%)
Deduções	(7.225)	(6.466)	11,7%	(21.359)	(18.507)	15,4%
Receita Operacional Líquida	93.722	96.516	(2,9%)	283.982	287.981	(1,4%)
Receita Operacional Líquida Ajustada¹	75.095	67.965	10,5%	222.258	194.960	14,0%

¹: Excluindo a Receita de Construção

Receita de Pedágio

A receita de pedágio atingiu R\$ 82,0 milhões no 3T25, incremento de 10,6% frente ao 3T24, impulsionada pelo reajuste tarifário aplicado e pelo aumento do volume de tráfego. No 9M25, a receita somou R\$ 242,7 milhões, crescimento de 14,3% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Receitas de Construção

As receitas de construção da Companhia totalizaram R\$ 18,6 milhões no 3T25, uma diminuição de 34,8% em relação ao mesmo período do ano anterior. Essa linha representa apenas um ajuste contábil, sem impacto no caixa da Companhia.

No acumulado dos nove primeiros meses de 2025, o valor apresentado foi de R\$ 61,7 milhões, diminuição de 33,6% em relação ao mesmo período no ano anterior.

Outras Receitas

As receitas acessórias somaram R\$ 0,3 milhão no 3T25, em linha com o mesmo período do ano anterior. No acumulado dos nove primeiros meses, totalizaram R\$ 0,9 milhão, com redução de 14,0%, explicada pela menor realização de receitas com publicidade.

Comentário do Desempenho



CUSTOS E DESPESAS

R\$ mil	3T25	3T24	Δ%	9M25	9M24	Δ%
Custos e Despesas Operacionais (Caixa)	(17.423)	(20.333)	(14,3%)	(51.834)	(62.134)	(16,6%)
Pessoal	(7.142)	(9.333)	(23,5%)	(21.380)	(25.171)	(15,1%)
Conservação	(2.638)	(2.611)	1,0%	(7.298)	(7.206)	1,3%
Serviços de terceiros	(4.241)	(4.482)	(5,4%)	(13.007)	(14.298)	(9,0%)
Seguros e garantias	(674)	(567)	18,9%	(1.845)	(1.682)	9,7%
Verba de fiscalização	(1.221)	(1.164)	4,9%	(3.663)	(3.493)	4,9%
Riscos Cíveis, Trabalhistas e Fiscal	(64)	(150)	(57,3%)	(1.737)	(3.273)	(46,9%)
Outros	(1.443)	(2.026)	(28,8%)	(2.904)	(7.011)	(58,6%)
Custos e Despesas Operacionais (Não Caixa)	(63.585)	(68.362)	(7,0%)	(193.717)	(210.511)	(8,0%)
Custo dos serviços de construção	(18.627)	(28.551)	(34,8%)	(61.724)	(93.021)	(33,6%)
Provisão p/ manutenção em rodovias	(6.179)	(6.725)	(8,1%)	(24.782)	(20.811)	19,1%
Depreciação e Amortização	(38.779)	(33.086)	17,2%	(107.211)	(96.679)	10,9%
Custos e Despesas Operacionais	(81.008)	(88.695)	(8,7%)	(245.551)	(272.645)	(9,9%)

No 3T25, os custos e despesas operacionais totalizaram R\$ 81,0 milhões, redução de 8,7% em relação ao 3T24. No acumulado dos 9M25, o valor foi de R\$ 245,6 milhões, queda de 9,9% frente ao mesmo período do ano anterior. A retração está associada, principalmente, à menor contabilização de custos dos serviços de construção — item não caixa que se contrapõe à linha de Receita de Construção.

Ao desconsiderar os efeitos não caixa (custo dos serviços de construção, provisão para manutenção e depreciação/amortização), os custos e despesas operacionais com impacto caixa somaram R\$ 17,4 milhões no 3T25, redução de 14,3%. No 9M25, o total foi de R\$ 51,8 milhões, queda de 16,6%.

As principais variações foram:

- Pessoal: redução de 23,5% e de 15,1% nos nove primeiros meses de 2025, refletindo ajustes na estrutura operacional.
- Serviços de terceiros: queda de 5,4% no trimestre e de 9,0% no acumulado, com menor contratação de serviços administrativos e operacionais.
- Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais: diminuição de 57,3%, influenciado pela menor necessidade de provisões cíveis e trabalhistas.
- Outros: variação negativa de 28,8% no trimestre, devido a menores gastos com manutenção na concessionária.

A redução dos custos caixa reflete maior eficiência operacional e controle de despesas, alinhados ao compromisso da Companhia com a sustentabilidade financeira e a excelência na prestação de serviços.

Comentário do Desempenho



EBITDA E EBITDA AJUSTADO

R\$ mil	3T25	3T24	Δ%	9M25	9M24	Δ%
Lucro (Prejuízo) Líquido	(8.696)	(10.816)	(19,6%)	(29.026)	(44.899)	(35,4%)
(+) Depreciação e Amortização	38.779	33.086	17,2%	107.211	96.679	10,9%
(+) Resultado Financeiro	21.410	18.637	14,9%	67.457	60.235	12,0%
(+) IR e CSLL	-	-	-	-	-	0,0%
EBITDA¹	51.493	40.907	25,9%	145.642	112.015	30,0%
Margem EBITDA ²	68,6%	60,2%	8,4 p.p.	65,5%	57,5%	8,1 p.p.
(+) Provisão para Manut. De Rodovias	6.179	6.725	(8,1%)	24.782	20.811	19,1%
EBITDA Ajustado³	57.672	47.632	21,1%	170.424	132.826	28,3%
Margem EBITDA Ajustada	76,8%	70,1%	6,7 p.p.	76,7%	68,1%	8,5 p.p.

1: EBITDA (Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization): medida de desempenho operacional dada pelo Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (LAJIDA). O EBITDA não é a medida utilizada nas práticas contábeis e não representa fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser considerado como alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. O EBITDA não tem significado padronizado e, portanto, não pode ser comparado ao EBITDA de outras Companhias.

2: A Margem EBITDA e Margem EBITDA Ajustada consideram a Receita Operacional Líquida excluindo as Receitas de Obras.

3: Considera os ajustes relativos a reversões da provisão para manutenção de rodovias (pronunciamento contábil ICPC 01) bem como a provisão para redução ao valor recuperável dos ativos. A Companhia entende que o EBITDA ajustado é a melhor representação da sua geração de caixa operacional uma vez que a provisão para a manutenção é um item significativo que não possui efeito caixa na demonstração do resultado do exercício

O EBITDA da Companhia totalizou R\$ 51,5 milhões no 3T25, representando um crescimento de 25,9% em relação ao 3T24. A margem EBITDA foi de 68,6%, com avanço de 8,4 pontos percentuais na comparação com mesmo período do ano anterior. No acumulado dos 9M25, o EBITDA atingiu R\$ 145,6 milhões, com alta de 30,0% frente ao mesmo período de 2024, e margem de 65,5%, crescimento de 8,1 pontos percentuais.

O EBITDA Ajustado, que exclui efeitos não caixa como a provisão para manutenção de rodovias, somou R\$ 57,7 milhões no 3T25, com crescimento de 21,1% e margem ajustada de 76,8%, um avanço de 6,7 pontos percentuais. Nos primeiros nove meses, o EBITDA Ajustado foi de R\$ 170,4 milhões, aumento de 28,3% em relação ao 9M24, com margem de 76,7%, crescimento de 8,5 pontos percentuais.

Esse desempenho reflete a combinação entre o crescimento da receita operacional e o controle eficiente de custos e despesas operacionais, que apresentaram redução mesmo diante do aumento da atividade.

DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO

R\$ mil	3T25	3T24	Δ%	9M25	9M24	Δ%
Depreciação e Amortização	38.779	33.086	17,2%	107.211	96.679	10,9%

A linha de depreciação e amortização totalizou R\$ 38,8 milhões no 3T25, incremento de 17,2% em relação ao 3T24. No acumulado dos 9M25, o valor foi de R\$ 107,2 milhões, aumento de 10,9% frente ao mesmo período do ano anterior.

A variação reflete a atualização da base de ativos imobilizados e intangíveis, em linha com os investimentos realizados.

Comentário do Desempenho



RESULTADO FINANCEIRO

R\$ mil	3T25	3T24	Δ%	9M25	9M24	Δ%
Resultado Financeiro	(21.410)	(18.637)	14,9%	(67.457)	(60.235)	12,0%
Receitas financeiras	9.956	7.257	37,2%	26.523	18.369	44,4%
Despesas financeiras	(31.366)	(25.894)	21,1%	(93.980)	(78.600)	19,6%
Variação cambial, líq.	-	-	-	-	(4)	(100,0%)

O resultado financeiro da Companhia foi uma despesa líquida de R\$ 21,4 milhões no 3T25, representando um aumento de 14,9% em relação ao 3T24. No acumulado dos 9M25, a despesa totalizou R\$ 67,5 milhões, com alta de 12,0% frente ao mesmo período do ano anterior.

Esse crescimento foi influenciado pela captação realizada em fevereiro de 2024, cuja estrutura está indexada ao IPCA e ao CDI. Ambos os indexadores apresentaram variação positiva no período. Como resultado, houve aumento tanto nas despesas financeiras (21,1% no trimestre e 19,6% no semestre) quanto nas receitas financeiras (37,2% no trimestre e 44,4% no semestre), esta última diretamente atrelada ao CDI.

A variação cambial líquida foi nula no período, sem impacto adicional sobre o resultado financeiro.

IR e CSLL

R\$ mil	3T25	3T24	Δ%	9M25	9M24	Δ%
IR e CSLL	-	-	-	-	-	-
Corrente	-	-	-	-	-	-
Diferido	-	-	-	-	-	-

A Companhia não contabilizou valores de Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) no 3T25 e no 9M25, em função da apuração de prejuízos fiscais nos últimos trimestres. Dessa forma, não houve constituição de tributos, tanto na modalidade corrente quanto diferida.

RESULTADO LÍQUIDO

R\$ mil	3T25	3T24	Δ%	9M25	9M24	Δ%
Resultado Líquido	(8.696)	(10.816)	(19,6%)	(29.026)	(44.899)	(35,4%)

A Companhia registrou prejuízo de R\$ 8,7 milhões no 3T25, redução de 19,6% em relação ao 3T24. No acumulado dos 9M25, o resultado negativo foi de R\$ 29,0 milhões, melhora de 35,4% frente ao mesmo período do ano anterior.

A redução do prejuízo reflete, principalmente, o crescimento da receita de pedágio, impulsionado pelo reajuste tarifário e pelo aumento do tráfego. Apesar do EBITDA positivo no período, o resultado líquido segue pressionado pelos efeitos da depreciação e amortização, além do impacto do resultado financeiro.

Comentário do Desempenho

ENDIVIDAMENTO

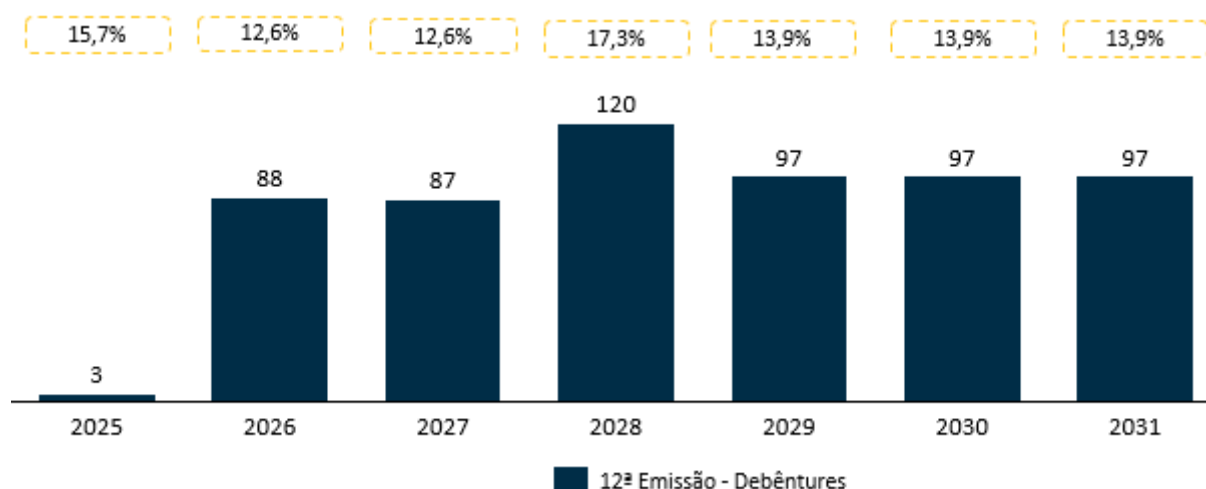
R\$ mil	3T25	2T25	Δ%
Dívida Bruta	579.507	684.757	(15,4%)
Curto Prazo	88.175	150.870	(41,6%)
Longo Prazo	491.332	533.887	(8,0%)
Posição de Caixa	182.207	282.572	(35,5%)
Caixa e equivalentes de caixa	173.953	217.072	(19,9%)
Aplicações financeiras vinculadas ¹	8.254	65.500	(87,4%)
Dívida Líquida	397.300	402.185	(1,2%)

1: Curto e Longo Prazo

A dívida bruta da Companhia totalizou R\$ 579,5 milhões no 3T25, decréscimo de 15,4% em relação ao trimestre anterior. A maior parte das obrigações está concentrada no longo prazo, reflexo do reperfilamento realizado na 12ª emissão de debêntures, concluída no 1T24.

A posição de caixa encerrou o trimestre em R\$ 182,2 milhões, decréscimo de 35,5%, devido ao pagamento semestral de principal e juros da 12ª Emissão de Debêntures.

Com isso, a dívida líquida foi reduzida para R\$ 397,3 milhões no 3T25, queda de 1,2% frente ao 2T25, reforçando a disciplina financeira e a gestão eficiente da estrutura de capital.

Aging da Dívida – Setembro de 2025

No 3T25, 100% da dívida da Companhia estava atrelada à 12ª Emissão de Debêntures.

Comentário do Desempenho



INVESTIMENTOS REALIZADOS

R\$ Mil	3T25	3T24	Δ%	9M25	9M24	Δ%
Investimentos	35.898	49.664	(27,7%)	101.516	120.196	(15,5%)

No 3T25, os investimentos totalizaram R\$ 35,9 milhões, redução de 27,7% em relação ao 3T24. A variação decorre, principalmente, da conclusão das obras de implantação de terceiras faixas em 2024, parcialmente compensada pela execução das intervenções previstas no Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), com destaque para a implantação de iluminação na BR-116, entre os km 161 e km 170, e na Serra do Espigão.

No acumulado dos 9M25, os investimentos somaram R\$ 101,5 milhões, queda de 15,5% frente ao 9M24.

Os investimentos seguem alinhados às obrigações contratuais e ao compromisso da Companhia com a segurança viária e a melhoria contínua da infraestrutura concedida.

PREVISÃO DE INVESTIMENTOS FUTUROS

R\$ Mil	2025 a 2033
Melhorias na Infraestrutura	843.520
Recuperações/Manutenções	213.521
Total	1.057.042

*Base Monetária: setembro/2025

CONSIDERAÇÕES FINAIS

RELACIONAMENTO COM AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento à determinação da Resolução CVM n.º 162/22, a Companhia informa que, no período encerrado em 30 de setembro de 2025, não contratou a Deloitte Touche Tohmatsu Ltda. para trabalhos diversos daqueles de auditoria externa. No relacionamento com o Auditor Independente, a Companhia busca avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não auditoria com base no seguinte: o auditor não deve (a) auditar seu próprio trabalho, (b) exercer funções gerenciais e (c) promover os interesses da Companhia.

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

A Diretoria da Autopista Planalto Sul S.A. declara, nos termos da Resolução CVM nº 80, datada de 29 de março de 2022, que revisou, discutiu e concordou (i) com o conteúdo e opinião expressos no relatório do auditor da Deloitte Touche Tohmatsu Ltda.; e (ii) com as demonstrações contábeis relativas ao período findo em 30 de setembro de 2025.

Rio Negro, 13 de novembro de 2025.

Diretoria

Álisson de Almeida Freire
Diretor Presidente

Antônio César Ribas Sass
Diretor Superintendente

Nilton Leonardo Fernandes de Oliveira
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Giane Luza Zimmer Freitas
Diretora de Assuntos Regulatórios

Luiz Cesar Lindgren Costa
Diretor de Engenharia e Implantação

Conselho de Administração

Giane Luza Zimmer Freitas
Conselheiro

Flavia Lucia Mattioli Tâmega
Conselheiro

Roberto Paolini
Conselheiro

Comentário do Desempenho

ANEXO I – DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

R\$ Mil	3T25	3T24	Δ%	9M25	9M24	Δ%
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	100.947	102.982	(2,0%)	305.341	306.488	(0,4%)
Receitas de pedágio	82.008	74.115	10,6%	242.727	212.432	14,3%
Receitas de obras	18.627	28.551	(34,8%)	61.724	93.021	(33,6%)
Receita de reequilíbrio	-	-	-	-	-	-
Outras Receitas	312	316	(1,3%)	890	1.035	(14,0%)
DEDUÇÕES DA RECEITA	(7.225)	(6.466)	11,7%	(21.359)	(18.507)	15,4%
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	93.722	96.516	(2,9%)	283.982	287.981	(1,4%)
CUSTOS E DESPESAS	(42.229)	(55.609)	(24,1%)	(138.340)	(175.966)	(21,4%)
Custos dos serv. prestados (excl. amortização e depreciação)	(15.549)	(14.999)	3,7%	(44.889)	(43.479)	3,2%
Custo dos serv. de construção	(18.627)	(28.551)	(34,8%)	(61.724)	(93.021)	(33,6%)
Despesas administrativas (excl. amortização e depreciação)	(3.157)	(5.824)	(45,8%)	(11.424)	(19.271)	(40,7%)
Remuneração da administração	-	-	-	-	-	-
Despesas tributárias	-	-	-	-	-	-
Provisão para manutenção em rodovias	(6.179)	(6.725)	(8,1%)	(24.782)	(20.811)	19,1%
Outras receitas operacionais, líquidas	1.283	490	161,8%	4.479	616	627,1%
EBITDA	51.493	40.907	25,9%	145.642	112.015	30,0%
Margem EBITDA	68,6%	60,2%	8,4 p.p.	65,5%	57,5%	8,1 p.p.
DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES	(38.779)	(33.086)	17,2%	(107.211)	(96.679)	10,9%
RESULTADO FINANCEIRO	(21.410)	(18.637)	14,9%	(67.457)	(60.235)	12,0%
Receitas financeiras	9.956	7.257	37,2%	26.523	18.369	44,4%
Despesas financeiras	(31.366)	(25.894)	21,1%	(93.980)	(78.600)	19,6%
Variação cambial, líq.	-	-	-	-	(4)	(100,0%)
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DOS EFEITOS TRIBUTÁRIOS	(8.696)	(10.816)	(19,6%)	(29.026)	(44.899)	(35,4%)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	-	-	-	-	-	-
Corrente	-	-	-	-	-	-
Diferido	-	-	-	-	-	-
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO PERÍODO	(8.696)	(10.816)	(19,6%)	(29.026)	(44.899)	(35,4%)

Comentário do Desempenho

ANEXO II – BALANÇO PATRIMONIAL

R\$ Mil	3T25	2T25	Δ%
ATIVO	1.404.739	1.516.977	(7,4%)
CIRCULANTE	210.738	307.232	(31,4%)
Caixa e equivalentes de caixa	67.778	127.504	(46,8%)
Aplicações Financeiras	106.175	89.568	18,5%
Contas a receber	18.370	18.042	1,8%
Despesas antecipadas	2.721	891	205,4%
Impostos a recuperar	5.951	5.528	7,7%
Adiantamentos a Fornecedores	-	-	-
Aplicações financeiras vinculadas	8.254	65.500	(87,4%)
Outros créditos	1.489	199	648,2%
NÃO CIRCULANTE	1.194.001	1.209.745	(1,3%)
Despesas antecipadas	1.234	1.177	4,8%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	151.901	151.901	0,0%
Depósitos judiciais	3.752	3.642	3,0%
Outras contas a receber	23	23	0,0%
Direito de uso (IFRS 16)	7.834	8.809	(11,1%)
Imobilizado	860	954	(9,9%)
Intangível	1.028.397	1.043.239	(1,4%)
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.404.739	1.516.977	(7,4%)
CIRCULANTE	137.445	211.466	(35,0%)
Debêntures	88.175	150.870	(41,6%)
Fornecedores	14.353	16.742	(14,3%)
Arrendamento mercantil a pagar (IFRS16)	1.999	2.667	(25,0%)
Obrigações sociais	3.491	2.908	20,0%
Obrigações fiscais	3.010	3.168	(5,0%)
Contar a pagar – partes relacionadas	3.087	3.233	(4,5%)
Cauções contratuais	4.756	4.830	(1,5%)
Taxa de fiscalização	407	407	0,0%
Provisão para manutenção em rodovias	16.236	25.307	(35,8%)
Outras contas a pagar	1.931	1.334	44,8%
NÃO CIRCULANTE	799.376	828.897	(3,6%)
Debêntures	491.332	533.887	(8,0%)
Empréstimos e financiamentos - partes relacionadas	252.240	243.067	3,8%
Arrendamento mercantil a pagar (IFRS16)	6.732	7.029	(4,2%)
Obrigações fiscais	16.355	15.189	7,7%
Provisão para manutenção em rodovias	28.506	24.850	14,7%
Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	4.211	4.875	(13,6%)
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	467.918	476.614	(1,8%)
Capital social	849.584	849.584	0,0%
Reserva legal	(352.640)	(352.640)	0,0%
Reserva de lucros	(29.026)	(20.330)	42,8%

Notas Explicativas

Autopista Planalto Sul S.A.

Informações contábeis intermediárias referentes
ao período findo em 30 de setembro de 2025 e
relatório do auditor independente

Notas Explicativas

AUTOPISTA PLANALTO SUL S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO EM 30 DE SETEMBRO DE 2025 E 31 DE DEZEMBRO DE 2024.
(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota explicativa	30.09.2025	31.12.2024	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	30.09.2025	31.12.2024
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	5	67.778	210.539	Debêntures	13	88.175	104.456
Aplicações financeiras	5	106.175	29.662	Fornecedores	14	14.353	13.677
Contas a receber	6	18.370	14.703	Arrendamento mercantil a pagar	15	1.999	7.089
Despesas antecipadas		2.721	1.507	Obrigações sociais		3.491	3.052
Impostos a recuperar		5.951	5.165	Obrigações fiscais		3.010	3.213
Aplicações financeiras vinculadas	8	8.254	21.791	Contas a pagar - partes relacionadas	16	3.087	3.680
Outros créditos		1.489	150	Cauções contratuais	14	4.756	4.773
Total do ativo circulante		210.738	283.517	Taxa de fiscalização		407	396
				Provisão para manutenção em rodovias	18	16.236	26.664
NÃO CIRCULANTE				Outras contas a pagar		1.931	1.955
Despesas antecipadas		1.234	1.311	Total do passivo circulante		137.445	168.955
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7	151.901	151.901				
Depósitos judiciais	18	3.752	3.642	NÃO CIRCULANTE			
Outras contas a receber	6	23	23	Debêntures	13	491.332	566.732
Total do ativo realizável a longo prazo		156.910	156.877	Arrendamento mercantil a pagar	15	6.732	1.186
				Obrigações fiscais		16.355	12.820
Direito de uso	9	7.834	7.192	Empréstimos e financiamentos - partes relacionadas	16	252.240	228.589
Imobilizado	10	860	1.141	Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios	18	4.211	4.343
Intangível	11	992.152	1.004.843	Provisão para manutenção em rodovias	18	28.506	26.841
Infraestrutura em construção	11	36.245	52.840	Total do passivo não circulante		799.376	840.511
Total do ativo não circulante		1.194.001	1.222.893	TOTAL DO PASSIVO		936.821	1.009.466
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
				Capital social	19	849.584	1.099.584
				Prejuízos acumulados		(381.666)	(602.640)
				Total do patrimônio líquido		467.918	496.944
TOTAL DO ATIVO		1.404.739	1.506.410	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.404.739	1.506.410

As notas explicativas são partes integrantes das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

AUTOPISTA PLANALTO SUL S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA OS PERÍODOS ACUMULADOS FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2025 E 2024.
(Em milhares de reais - R\$, exceto o prejuízo do período por ação básico e diluído)

	Nota explicativa	30.09.2025		30.09.2024	
		Trimestre	Período	Trimestre	Período
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	20	93.722	283.982	96.516	287.981
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	21	(78.971)	(238.113)	(83.218)	(253.562)
LUCRO BRUTO		14.751	45.869	13.298	34.419
(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS					
Gerais e administrativas	21	(3.320)	(11.917)	(5.967)	(19.699)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		1.283	4.479	490	616
		(2.037)	(7.438)	(5.477)	(19.083)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		12.714	38.431	7.821	15.336
RESULTADO FINANCEIRO					
Receitas financeiras	22	9.956	26.523	7.257	18.369
Despesas financeiras	22	(31.366)	(93.980)	(25.894)	(78.600)
Variação cambial, líquida		-	-	-	(4)
		(21.410)	(67.457)	(18.637)	(60.235)
PREJUÍZO OPERACIONAL ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(8.696)	(29.026)	(10.816)	(44.899)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL					
Correntes	7	-	-	-	-
Diferidos	7	-	-	-	-
PREJUÍZO DO PERÍODO		(8.696)	(29.026)	(10.816)	(44.899)
PREJUÍZO POR AÇÃO BÁSICO E DILUÍDO - R\$	24	(0,0051)	(0,0169)	(0,0063)	(0,0261)

As notas explicativas são partes integrantes das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

AUTOPISTA PLANALTO SUL S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2025 E 2024.
(Em milhares de reais - R\$)

	Capital Social			Prejuízos acumulados	Total
	Subscrito	A integralizar	Integralizado		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	1.128.034	(28.450)	1.099.584	(472.217)	627.367
Prejuízo do período	-	-	-	(44.899)	(44.899)
SALDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2024	1.128.034	(28.450)	1.099.584	(517.116)	582.468
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	1.128.034	(28.450)	1.099.584	(602.640)	496.944
Prejuízo do período	-	-	-	(29.026)	(29.026)
Redução de capital	(250.000)	-	(250.000)	250.000	-
SALDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2025	878.034	(28.450)	849.584	(381.666)	467.918

As notas explicativas são partes integrantes das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

AUTOPISTA PLANALTO SUL S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS PERÍODOS ACUMULADOS FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2025 E 2024.

(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	30.09.2025	30.09.2024
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Prejuízo do período		(29.026)	(44.899)
Ajustes para conciliar o prejuízo com o caixa líquido (utilizado nas) gerado pelas atividades operacionais:			
Depreciações e amortizações		107.211	96.679
Receita com aplicações financeiras vinculadas		(4.342)	(982)
Juros e variações monetárias sobre debêntures privadas	16	27.187	21.747
Juros e variações monetárias de financiamentos		-	1.164
Juros e variações monetárias de debêntures		61.212	47.784
Despesas financeira dos ajustes a valor presente		3.602	3.633
Constituição de provisão para riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios	18	1.737	3.273
Atualização monetária de provisão para riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios	18	5	58
Constituição de provisão para manutenção	18	24.782	20.811
Redução (aumento) dos ativos operacionais:			
Contas a receber		(3.667)	(3.482)
Despesas antecipadas		(1.137)	(1.034)
Impostos a recuperar		2.066	(1.871)
Outros créditos		(1.339)	(21)
Depósitos judiciais		(110)	10
Outras contas a receber		-	238
Aumento (redução) dos passivos operacionais:			
Fornecedores		5.780	(4.419)
Fornecedores - partes relacionadas		(523)	1.324
Cauções contratuais de fornecedores		(11)	(131)
Obrigações sociais		439	206
Obrigações fiscais		188	(4.476)
Utilização provisão de manutenção	18	(36.264)	(40.406)
Riscos cíveis trabalhistas e regulatórios		(1.874)	(3.177)
Taxa de Fiscalização		11	10
Custo de transação - empréstimo		1.361	(9.510)
Pagamento de juros	12, 13 e 23	(73.442)	(69.094)
Outras contas a pagar		(24)	4.726
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		83.822	18.161
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisições de itens do ativo imobilizado	23	-	(23)
Aquisições de itens do intangível	23	(69.095)	(84.350)
Aplicação financeira vinculada		(136.010)	(37.720)
Valor resgatado das aplicações vinculadas		151.037	48.166
Aplicação financeira		(76.513)	(57.301)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		(130.581)	(131.228)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Empréstimos e financiamentos:			
Pagamento arrendamento mercantil	15	(8.502)	(7.871)
Pagamento empréstimos - principal	12	-	(101.900)
Captações de empréstimos empresas ligadas	16	-	10.000
Pagamentos empréstimo empresas ligadas - principal	16	-	(163.459)
Emissão de debêntures	13	-	650.000
Pagamentos de debêntures - principal	13	(87.500)	(101.576)
Caixa líquido (utilizado nas) proveniente das atividades de financiamento		(96.002)	285.194
(REDUÇÃO) AUMENTO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(142.761)	172.127
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO PERÍODO		210.539	9.104
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FIM DO PERÍODO		67.778	181.231

As notas explicativas são partes integrantes das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

AUTOPISTA PLANALTO SUL S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO PARA OS PERÍODOS ACUMULADOS FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2025 E 2024.
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	30.09.2025	30.09.2024
RECEITAS			
Receita de serviços prestados	20	242.727	212.432
Receita de serviços de construção	20	61.724	93.021
Outras receitas		5.369	1.651
Juros capitalizados	22	6.688	2.639
		316.508	309.743
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS			
Custo dos serviços prestados		(19.330)	(19.987)
Custo dos serviços de construção	21	(61.724)	(93.021)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(7.062)	(7.922)
Custo da concessão		(5.665)	(5.158)
Custos de provisão de manutenção em rodovias	21	(24.782)	(20.811)
Outros		(3.084)	(4.298)
		(121.647)	(151.197)
VALOR ADICIONADO BRUTO		194.861	158.546
DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES		(107.211)	(96.679)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO (RETIDO)		87.650	61.867
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA			
Receitas financeiras	22	26.523	18.369
Outros		-	(4)
		26.523	18.365
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR		114.173	80.232
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO			
Pessoal e encargos:			
Remuneração direta		15.776	19.334
Benefícios		4.516	4.683
FGTS		1.087	1.150
Impostos, taxas e contribuições:			
Federais (incluindo IOF)		9.068	8.036
Estaduais		9	27
Municipais		12.167	10.661
Remuneração de capitais de terceiros:			
Juros		61.212	48.948
Juros capitalizados BNDES		-	1
Juros capitalizados debêntures		6.688	2.638
Juros - debêntures privadas		27.187	-
Aluguéis		97	247
Outras		5.392	7.659
Remuneração de capitais próprios:			
Juros - debêntures privadas		-	21.747
Prejuízo do período		(29.026)	(44.899)
		114.173	80.232

As notas explicativas são partes integrantes das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

AUTOPISTA PLANALTO SUL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE SETEMBRO DE 2025

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Autopista Planalto Sul S.A. (“Sociedade” ou “Planalto Sul”) é uma sociedade por ações de capital aberto com registro de categoria “B” na Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), domiciliada no município de Rio Negro, Estado do Paraná, Brasil, situada na Praça do Pedágio BR 116, km 204, bairro Roseira. Constituída em 19 de dezembro de 2007, sua controladora e *holding* é a Arteris S.A.

A Sociedade tem como objeto social único a exploração do lote rodoviário BR-116 - PR/SC, compreendendo o trecho entre Curitiba e a divisa entre os Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, objeto do processo de licitação correspondente ao Lote 02, em conformidade com o Edital de Licitação nº 006/2007, publicado pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT”), sob a forma de concessão de serviço público pelo prazo de 25 anos iniciado em 14 de fevereiro de 2008, não sendo admitida a prorrogação do prazo de concessão, precedida da execução de obras públicas para recuperação, manutenção, monitoramento, conservação, operação, ampliação e melhorias da rodovia.

A Arteris S.A (“Controladora”) é constituída por um *mix* de capital nacional e estrangeiro, sendo os seus acionistas diretos (i) a *holding* não financeira espanhola Participes en Brasil, (ii) a Brookfield Aylesbury LLC e (iii) a *holding* brasileira PDC Participações S.A. Os acionistas indiretos relevantes da Arteris S.A. são (i) o fundo Brookfield Brazil Motorways Holdings SRL, controlada indireta da canadense Brookfield Asset Management Inc., e (ii) a espanhola Abertis Infraestructuras S.A., cujo controle é detido pela italiana Mundys S.p.A., pela espanhola Actividades de Construcción y Servicios - ACS S.A. e pela alemã Hochtief AG.

2. CONCESSÃO

Termos de Ajuste de Conduta - TAC com ANTT

No dia 28 de julho de 2023 foi celebrado Termo de Ajuste de Conduta na Modalidade Multas - TAC Multas entre a Sociedade e ANTT tendo por objetivo a compensação dos efeitos do descumprimento do dever de pagamento de penalidades pecuniárias aplicadas e não transitadas em julgado na esfera administrativa, mediante conversão em obrigação de investimento, nos termos do § 3º do art. 1º da Resolução nº 5.823, de 2018. O valor de referência do TAC Multas é de R\$356.778, que corresponde ao somatório das multas previstas no âmbito dos processos administrativos, considerados os descontos concedidos. Dentre os investimentos a serem realizados, destacamos a realização de vias marginais, implantação de um trevo em desnível e implantação de passarelas que irão contribuir na melhora e fluidez do tráfego, além de trazer mais conforto e segurança para os usuários da rodovia. Além disso, estudos apontam para melhoria da fluidez do trânsito e consequente melhora no tráfego. Com base nessas estimativas a Sociedade realizou o estorno das provisões de contingências regulatórias que compõem o TAC. À medida que as obras forem executadas, será constituído ativo intangível ao qual será amortizado pelo prazo de concessão refletindo melhor a fruição dos benefícios gerados pelas do TAC. A extinção do TAC Multas não exime a Sociedade de executar as obrigações inadimplidas que tenham sido iniciadas até a respectiva data de assinatura.

Repactuação

A Portaria nº 848 de 25 de agosto de 2023 do Ministério dos Transportes estabelece a política pública e os procedimentos relativos à readaptação e otimização dos contratos de concessão, no que se refere à exploração da infraestrutura de transporte rodoviário federal. A Sociedade mantém negociações junto aos órgãos governamentais de modo a viabilizar a otimização do contrato de concessão da Sociedade. Em 29 de dezembro de 2023, a Sociedade protocolou pedido de otimização junto à ANTT, ao qual foi aceito e seguem os trâmites previstos.

Em 30 de setembro de 2025, não há nenhum andamento no processo que indique a necessidade de ajustes materiais nas informações contábeis intermediárias.

No trimestre de 1 de julho de 2025 a 30 de setembro de 2025 (“trimestre”), e no período de 1 de janeiro de 2025 a 30 de setembro de 2025 (“período”), não ocorreram mudanças em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

Notas Explicativas

3. APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Base de preparação

As informações contábeis intermediárias referentes ao período findo em 30 de setembro de 2025 foram preparadas de acordo com as normas contábeis internacionais *IAS 34 Interim Financial Reporting* emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”) e com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - “Demonstração Intermediária”. Incluem também as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e devem ser lidas em conjunto com as demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (última demonstração contábil anual). As informações contábeis intermediárias não incluem todas as informações requeridas para um conjunto completo de demonstrações contábeis preparadas de acordo com as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*) e as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP). Contudo, as informações contábeis intermediárias contêm notas explicativas que explicam os eventos e transações significativas, que permitem o entendimento das mudanças ocorridas na posição financeira e desempenho da Sociedade desde a sua última demonstração contábil anual.

Todas as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias, e somente essas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das informações contábeis intermediárias foi aprovada pela Diretoria em 12 de novembro de 2025.

Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas informações contábeis intermediárias, a Sociedade utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Sociedade e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Os julgamentos significativos realizados pela Sociedade durante a aplicação das políticas contábeis e as informações sobre as incertezas relacionadas as premissas e estimativas que possuem risco significativo de resultar em um ajuste material são as mesmas das divulgadas na última demonstração contábil anual.

4. POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas informações contábeis intermediárias, são as mesmas que as aplicadas na última demonstração contábil anual e devem ser lidas em conjunto. Ademais, não houve emissão ou revogações das principais práticas contábeis e normas relacionadas. A Sociedade aplicou as políticas contábeis de maneira consistente a todos os períodos apresentados nestas informações contábeis, salvo indicação ao contrário.

4.1) Novas normas e interpretações

a) Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2025:

- OCPC 10 - Créditos de carbono

A Sociedade, após avaliação do conteúdo das novas normas e interpretações alteradas com vigência a partir de 1º de janeiro de 2025, concluiu não ter impactos relevantes em suas demonstrações financeiras.

b) Alterações de normas novas que ainda não estão em vigor:

- IFRS 18 - Apresentação das demonstrações contábeis
- CPC 02 - Efeitos das alterações nas taxas de câmbio
- IFRS 19 - Subsidiárias sem responsabilidade pública

Com exceção ao IFRS 18 o qual a Administração da Sociedade espera que aplicação tenha impacto na apresentação das demonstrações contábeis, a Administração da Sociedade avaliou os demais e concluiu que estes não trazem impacto significativo no resultado do exercício ou no patrimônio líquido divulgado pela Sociedade.

5. CAIXA, EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Estão representados por:

	30.09.2025	31.12.2024
<u>Caixa e equivalentes de caixa</u>		
Caixa e contas bancárias	420	1.376
Fundos de investimentos (a)	67.358	209.163
Total	67.778	210.539

Notas Explicativas

	30.09.2025	31.12.2024
Aplicações financeiras		
Fundos de investimentos (b)	106.175	29.662
Total	106.175	29.662

(a) Os recursos aplicados por meio de fundos de investimentos CDB e LFT possuem liquidez imediata, estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, e possuem remuneração equivalente, na média de 100,96% a.a. do Certificado de Depósito Interbancário - CDI (101,07% a.a. em 31 de dezembro de 2024). Todos os recursos aplicados são mantidos com a finalidade de atender as necessidades de liquidez da Sociedade.

(b) As aplicações financeiras em fundos de investimentos correspondem a títulos lastreados em Compromissadas, LF, LTN-Over, NTN-Over e NTN-B, considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa, os quais são registrados pelo valor justo por meio de resultado, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços.

6. CONTAS A RECEBER E OUTRAS CONTAS A RECEBER

Estão representadas por:

	30.09.2025		31.12.2024	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Pedágio eletrônico a receber	17.448	-	14.093	-
Cupons de pedágio a receber (a)	-	-	38	-
Cartões de pedágio a receber (b)	72	-	50	-
Receitas acessórias a receber (c)	849	23	521	23
Outras receitas a receber	1	-	1	-
Total	18.370	23	14.703	23

(a) Valores a receber sobre receitas de pedágio referente a passagens pagas por meio de cupons vale-pedágio. A partir de fevereiro de 2025, os cupons físicos de vale-pedágio foram descontinuados. O vale-pedágio que os transportadores têm direito por lei, passaram a ser disponibilizados por meio de Tags, de modo a permitir a passagem pelas vias automáticas.

(b) Valores a receber sobre receitas de pedágio referente a passagens pagas por meio de cartões de débito.

(c) Valores a receber sobre receitas acessórias referente ao uso de faixa de domínio, sendo os de maior relevância, para passagem de fibra óptica e linhas telefônicas.

Cronograma de recebimento:

	30.09.2025		31.12.2024	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Créditos a vencer	18.370	23	14.703	23
	18.370	23	14.703	23

A Sociedade avalia o risco de inadimplência do contas a receber com base em: (i) experiência histórica de perdas por clientes e segmento; (ii) avalia a situação do crédito do cliente (atual ou vencido); e (iii) avalia individualmente item (i) e (ii) para a avaliação de redução ao valor recuperável para fins de constituição de provisão de perda.

A Administração da Sociedade não identificou a necessidade de reconhecimento de provisão para perdas estimadas com recebíveis em 30 de setembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024. O prazo médio de vencimento é de 30 dias, exceto pelas receitas acessórias que apresentam um período maior de recebimento conforme negociação de cada contrato referente ao uso da faixa de domínio da concessionária.

7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Conciliação entre a taxa efetiva e nominal do imposto de renda e a contribuição social

A reconciliação entre a taxa efetiva e a taxa nominal do imposto de renda e da contribuição social nas demonstrações do resultado referentes aos períodos findos em 30 de setembro de 2025 e 2024 é como segue:

	30.09.2025		30.09.2024	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(8.696)	(29.026)	(10.816)	(44.899)
Alíquota vigente combinada	34%	34%	34%	34%
Expectativa de imposto de renda e contribuição social, de acordo com a alíquota vigente combinada	2.957	9.869	3.677	15.266
Ajustes para a alíquota efetiva:				
Outras diferenças permanentes	(31)	1.005	(254)	(336)
IR e CS não constituídos sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias (*)	(2.926)	(10.874)	(3.423)	(14.930)
Total	-	-	-	-

Notas Explicativas

Despesas de imposto de renda e contribuição social:

Correntes	-	-	-	-
Diferido	-	-	-	-
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Alíquota efetiva de impostos	0%	0%	0%	0%

(*) Resultado contábil composto por despesas/receitas não tributáveis vide tabela item b)

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Saldos patrimoniais estão representados por:

Não circulanteDiferenças temporárias ativas

	Imposto de renda e contribuição social diferido ativo	
	30.09.2025	31.12.2024
Prejuízo fiscal e base negativa (a)	747.070	706.554
Provisão de participação nos lucros	628	890
Riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios (b)	4.211	4.343
Outras provisões	149	373
Provisão para manutenção de rodovias	44.742	53.505
Arrendamentos	1.052	1.239
Estorno de capitalização de juros	66	66
Amortização estorno de capitalização de juros	(38)	(36)
Base de cálculo diferenças temporárias ativas	797.880	766.934
Alíquota nominal	34%	34%
Total	271.279	260.758

Diferenças temporárias passivas

Diferenças de intangível e imobilizado líquidas	(25.143)	(25.143)
Amortização dos ajustes - mudança de práticas contábeis	14.878	13.840
Base de cálculo diferenças temporárias passivas	(10.265)	(11.303)
Alíquota nominal	34%	34%
Total	(3.490)	(3.843)

Total do imposto de renda e contribuição social

Impostos diferidos não constituído

Total do imposto de renda e contribuição social constituído

267.789	256.915
115.888	105.014
151.901	151.901

a) Refere-se a prejuízo fiscal e à base negativa de contribuição social, cuja possibilidade de compensação dos créditos tributários está suportada por projeções de resultados tributáveis futuros. A sua realização está atrelada a maturidade e plano de negócio da concessão (UGC), que prevê um ciclo longo para a realização do prejuízo fiscal do imposto de renda e base negativa da contribuição social, uma vez que a sua realização é previsível até o final da concessão. Para lucros tributáveis futuros, as premissas utilizadas são: da quantidade de tráfego, aos índices que reajustam o preço da tarifa, ao crescimento do PIB, custos operacionais, inflação, período projetivo da concessão, investimento de capital, taxa de crescimento do lucro antes dos impostos (EBT – *Earnings Before Taxes*).

b) Refere-se a provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios de reclamações pendentes de resoluções.

Movimentos de resultados representados por:

	30.09.2025		30.09.2024	
Prejuízo fiscal e base negativa	14.142	40.516	20.545	59.752
Provisão de participação nos lucros	215	(262)	220	(194)
Riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios	(664)	(132)	25	154
Outras provisões	(27)	(227)	129	11
Provisão para manutenção de rodovias	(5.415)	(8.763)	(11.070)	(16.601)
Ajuste dos encargos financeiros (credores pela concessão)	-	-	(126)	(247)
Arrendamentos	9	(187)	-	-
Amortização dos ajustes - mudança de práticas contábeis	346	1.038	346	1.038
Base de cálculo diferenças temporárias	8.606	31.983	10.069	43.913
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%
Total	2.926	10.874	3.423	14.930

Notas Explicativas

Composição dos impostos:

Impostos diferidos não constituídos	2.926	10.874	3.423	14.930
Impostos de renda e contribuição social constituídos	-	-	-	-
Total do imposto de renda e contribuição social	2.926	10.874	3.423	14.930

Os estudos técnicos de viabilidade da Sociedade apresentam expectativa de geração de lucros tributáveis futuros que permitam a realização do ativo fiscal diferido até o limite de sua recuperabilidade.

A expectativa de recuperação da totalidade dos créditos tributários diferidos, indicados pelas projeções de resultado tributável, é como segue:

<u>Impostos diferidos</u>	<u>Ativo não circulante</u>
2026	119
2027	11.813
2028	13.113
Após 2028	126.856
	151.901

8. APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS

A Sociedade mantém aplicação financeira vinculada no ativo não circulante para cumprir obrigações contratuais referente a debêntures. A seguir breve descrição dessa obrigação:

Debêntures

A Sociedade deve depositar em conta de pagamento de instituição financeira 50% da arrecadação das praças de pedágio, até que a retenção no período entre os 15 dias de cada mês seja equivalente a 1/6 da próxima parcela vincenda de juros remuneratórios e amortização. Esses recursos são utilizados para pagamento do serviço da dívida (amortização do principal mais pagamentos de juros) e manutenção do mínimo obrigatório da conta de reserva. Após o cumprimento legal das obrigações contratuais os recursos excedentes são transferidos para conta corrente livre.

A Sociedade deve manter depositada em conta de reserva de instituição financeira, até a liquidação de todas as obrigações assumidas no contrato de debêntures.

Em 30 de setembro de 2025 o saldo é de R\$8.254, aplicados em títulos públicos federais e títulos privados de emissão da instituição financeira, e essas aplicações foram remuneradas em média a 99,0% a.a. (R\$21.791 e 97,6% a.a., respectivamente, em 31 de dezembro de 2024).

Notas Explicativas

9. DIREITO DE USO

A movimentação de saldos do ativo direito de uso é evidenciada no quadro abaixo, conforme a classe de cada ativo:

	Guinchos (a)	Atendimento pré-hospitalar (b)	Veículos (c)	Veículos operacionais (d)	Computadores e periféricos (e)	Imóveis (f)	Total
<u>Custo direito de uso</u>							
Saldo em 31.12.2024	10.459	2.848	1.573	20.326	30	1.242	36.478
Remensurações	224	83	-	1.902	4	-	2.213
Adições	-	6.911	-	-	-	-	6.911
Baixas	-	(2.931)	-	-	-	-	(2.931)
Saldo em 30.09.2025	10.683	6.911	1.573	22.228	34	1.242	42.671
<u>Amortização acumulada</u>							
Saldo em 31.12.2024	(9.074)	(2.684)	(751)	(16.337)	(24)	(416)	(29.286)
Amortização	(1.835)	(775)	(214)	(5.574)	(10)	(74)	(8.482)
Transferências/reclassificações	437	(437)	-	-	-	-	-
Baixas	-	2.931	-	-	-	-	2.931
Saldo em 30.09.2025	(10.472)	(965)	(965)	(21.911)	(34)	(490)	(34.837)
<u>Direito de uso líquido</u>							
Saldo em 31.12.2024	1.385	164	822	3.989	6	826	7.192
Saldo em 30.09.2025	211	5.946	608	317	-	752	7.834
Taxas de amortização - a.a.	20%	16%	14%	29%	40%	8%	

Notas Explicativas

	Guinchos (a)	Atendimento pré-hospitalar (b)	Veículos (c)	Veículos operacionais (d)	Computadores e periféricos (e)	Imóveis (f)	Total
<u>Custo direito de uso</u>							
Saldo em 31.12.2023	10.459	2.679	626	13.277	17	1.242	28.300
Remensurações	-	-	148	6.801	13	-	6.962
Saldo em 30.09.2024	10.459	2.679	774	20.078	30	1.242	35.262
<u>Amortização acumulada</u>							
Saldo em 31.12.2023	(6.647)	(1.771)	(546)	(9.259)	(11)	(318)	(18.552)
Amortização	(1.821)	(681)	(137)	(5.246)	(9)	(75)	(7.969)
Saldo em 30.09.2024	(8.468)	(2.452)	(683)	(14.505)	(20)	(393)	(26.521)
<u>Direito de uso líquido</u>							
Saldo em 31.12.2023	3.812	908	80	4.018	6	924	9.748
Saldo em 30.09.2024	1.991	227	91	5.573	10	849	8.741
Taxas de amortização - a.a.	13%	19%	13%	20%	23%	5%	

- (a) Refere-se a locação de guinchos para operação na rodovia.
- (b) Refere-se a locação de ambulâncias para atendimento pré-hospitalar.
- (c) Refere-se a locação de veículos administrativos.
- (d) Refere-se a locação de veículos para inspeção de tráfego e outras atividades operacionais relacionadas a conservação de rodovias.
- (e) Refere-se a locação de computadores e impressoras.
- (f) Refere-se a locação de sedes administrativas e terrenos.

Notas Explicativas

10. IMOBILIZADO EM OPERAÇÃO

A movimentação é como segue:

	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Veículos	Instalações, edifícios e dependências	Máquinas e equipamentos	Outras imobilizações	Total
<u>Custo do imobilizado</u>							
Saldo em 31.12.2024	538	1.382	1.823	1.126	1.283	73	6.225
Adições	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 30.09.2025	538	1.382	1.823	1.126	1.283	73	6.225
<u>Depreciação acumulada</u>							
Saldo em 31.12.2024	(485)	(1.292)	(1.089)	(1.011)	(1.199)	(8)	(5.084)
Depreciação	(9)	(18)	(183)	(40)	(27)	(4)	(281)
Transferências/reclassificações	-	-	-	51	-	(51)	-
Saldo em 30.09.2025	(494)	(1.310)	(1.272)	(1.000)	(1.226)	(63)	(5.365)
<u>Imobilizado líquido</u>							
Saldo em 31.12.2024	53	90	734	115	84	65	1.141
Saldo em 30.09.2025	44	72	551	126	57	10	860
Taxas de depreciação - a.a.	10%	20%	20%	10%	10%	10%	

Notas Explicativas

	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Veículos	Instalações, edifícios e dependências	Máquinas e equipamentos	Outras imobilizações	Total
<u>Custo do imobilizado</u>							
Saldo em 31.12.2023	538	1.382	1.800	1.126	1.283	73	6.202
Adições	-	-	23	-	-	-	23
Saldo em 30.09.2024	538	1.382	1.823	1.126	1.283	73	6.225
<u>Depreciação acumulada</u>							
Saldo em 31.12.2023	(473)	(1.264)	(850)	(947)	(1.131)	(8)	(4.673)
Depreciação	(9)	(22)	(179)	(49)	(55)	-	(314)
Saldo em 30.09.2024	(482)	(1.286)	(1.029)	(996)	(1.186)	(8)	(4.987)
<u>Imobilizado líquido</u>							
Saldo em 31.12.2023	65	118	950	179	152	65	1.529
Saldo em 30.09.2024	56	96	794	130	97	65	1.238
Taxas de depreciação - a.a.	10%	20%	16%	10%	10%	20%	

Notas Explicativas

11. INTANGÍVEL E INFRAESTRUTURA EM CONSTRUÇÃO

A movimentação é como segue:

	Intangível em rodovias – obras e serviços (a)	Software	Adiantamento fornecedores	Total do Intangível	Infraestrutura em construção (b)	Total
<u>Custo do intangível</u>						
Saldo em 31.12.2024	1.882.064	6.102	-	1.888.166	52.840	1.941.006
Adições	33.285	749	-	34.034	35.128	69.162
Transferências/reclassificações	51.723	-	-	51.723	(51.723)	-
Saldo em 30.09.2025	1.967.072	6.851	-	1.973.923	36.245	2.010.168
<u>Amortização acumulada</u>						
Saldo em 31.12.2024	(879.278)	(4.045)	-	(883.323)	-	(883.323)
Amortização	(97.384)	(1.064)	-	(98.448)	-	(98.448)
Saldo em 30.09.2025	(976.662)	(5.109)	-	(981.771)	-	(981.771)
<u>Intangível líquido</u>						
Saldo em 31.12.2024	1.002.786	2.057	-	1.004.843	52.840	1.057.683
Saldo em 30.09.2025	990.410	1.742	-	992.152	36.245	1.028.397
Taxas de amortização - a.a. (d)	7%	42%				

Notas Explicativas

	Intangível em rodovias – obras e serviços (a)	Software	Adiantamento fornecedores	Total do Intangível	Infraestrutura em construção (b)	Total
<u>Custo do intangível</u>						
Saldo em 31.12.2023	1.797.631	4.711	407	1.802.749	15.025	1.817.774
Adições	37.753	1.023	-	38.776	55.639	94.415
Transferências/reclassificações	31.901	-	(407)	31.494	(31.494)	-
Outros (c)	1.860	368	-	2.228	-	2.228
Saldo em 30.09.2024	1.869.145	6.102	-	1.875.247	39.170	1.914.417
<u>Amortização acumulada</u>						
Saldo em 31.12.2023	(760.134)	(2.631)	-	(762.765)	-	(762.765)
Amortização	(87.395)	(1.001)	-	(88.396)	-	(88.396)
Outros (c)	(1.245)	(4)	-	(1.249)	-	(1.249)
Saldo em 30.09.2024	(848.774)	(3.636)	-	(852.410)	-	(852.410)
<u>Alienações/baixas</u>						
Saldo em 31.12.2023	1.037.497	2.080	407	1.039.984	15.025	1.055.009
Saldo em 30.09.2024	1.020.371	2.466	-	1.022.837	39.170	1.062.007
Taxas de amortização - a.a. (d)	7%	56%				

- (a) Refere-se a obras e serviços realizados nas rodovias, tais como pavimentação, duplicação, marginais, acostamentos, canteiros centrais, obras de arte especiais, terraplenagem, implantação de sistema de arrecadação e monitoramento de tráfego, sinalização e outros, sendo amortizados linearmente até o final da concessão.
- (b) Infraestrutura em construção, refere-se a obras e serviços em andamento nas rodovias, conforme previstos no contrato de concessão, estes ativos possuem características de ativo de contratos e a política da Sociedade é divulgá-los em conjunto com os demais ativos intangíveis. Sendo como principal natureza as obras de terceiras faixas e manutenção de pavimento.
- (c) Transferência de ativos desenvolvidos na *holding* para operação da Sociedade.
- (d) Amortizado linearmente até o prazo da concessão, o qual não excede a vida útil dos bens individualizados.

No período findo em 30 de setembro de 2025, a Sociedade complementou o montante de R\$6.688 (R\$2.639 em 30 de setembro de 2024) o valor das infraestruturas em construção tomando como base os custos de debêntures atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis como parte do custo do ativo. A taxa média de capitalização em relação ao valor principal das dívidas em 2025 foi de 1,35% a.a. e em 2024 0,62% a.a., do total de juros provisionados no período.

Notas Explicativas

Teste de recuperabilidade de ativos (*Impairment*)

A Administração tem monitorado os gatilhos para fins de testes de *impairment* da Sociedade e concluiu que não há indicação de que seus ativos possam ter sofrido desvalorização. Como não havia gatilhos na data base das informações contábeis de 30 de setembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, os seus ativos não foram submetidos para fins de testes de *impairment*.

12. FINANCIAMENTOS

Em 14 de fevereiro de 2024 a Sociedade quitou o financiamento com o BNDES.

As movimentações dos financiamentos que ocorreram até a referida quitação estão representadas abaixo:

Moeda nacional	30.09.2025			30.09.2024		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Saldo inicial	-	-	-	53.540	49.713	103.253
Juros e variações monetárias provisionados	-	-	-	1.165	-	1.165
Amortização de principal	-	-	-	(101.900)	-	(101.900)
Pagamento de juros	-	-	-	(2.518)	-	(2.518)
Transferência	-	-	-	49.713	(49.713)	-
	-	-	-	-	-	-
Custo de transação	-	-	-	-	-	-
Saldo final	-	-	-	-	-	-

13. DEBÊNTURES

A composição das debêntures, negociados em moeda funcional da Sociedade - Real (R\$), é como segue:

Série	Quantidade	Taxas contratuais	Vencimento	30.09.2025	31.12.2024
12ª emissão - 1ª Série	300.000	IPCA + 6,78% a.a.	set-31	323.973	318.344
12ª emissão - 2ª Série	350.000	CDI + 2,15% a.a.	set-28	264.342	363.013
				588.315	681.357
			Custo de transação	(8.808)	(10.169)
			Total	579.507	671.188
			Circulante	88.175	104.456
			Não circulante	491.332	566.732
			Total	579.507	671.188

Os saldos e movimentações estão representados por:

Moeda local	30.09.2025			30.09.2024		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Saldo inicial	106.505	574.852	681.357	54.180	46.929	101.109
Captações/Renovações	-	-	-	-	650.000	650.000
Juros e variações monetárias provisionados	57.205	10.695	67.900	42.249	8.173	50.422
Amortização de principal	(87.500)	-	(87.500)	(101.576)	-	(101.576)
Pagamento de juros	(73.442)	-	(73.442)	(40.035)	-	(40.035)
Transferência	87.500	(87.500)	-	135.179	(135.179)	-
	90.268	498.047	588.315	89.997	569.923	659.920
Custo de transação	(2.093)	(6.715)	(8.808)	(2.037)	(8.588)	(10.625)
Saldo final	88.175	491.332	579.507	87.960	561.335	649.295

As debêntures não conversíveis em ações foram subscritas pelo seu valor nominal unitário acrescido, da remuneração incidente entre a data de emissão e a data da efetiva integralização, conforme descrito a seguir:

Notas Explicativas

Série	Data emissão	Valor nominal	Valor nominal unitário	Data integralização	Valor subscrito
12ª emissão - 1ª Série	15.01.2024	300.000	1.000	08.02.2024	300.000
12ª emissão - 2ª Série	15.01.2024	350.000	1.000	08.02.2024	350.000
		650.000			650.000

Em 30 de setembro de 2025, o valor presente das parcelas a vencer brutas do custo de transação apresentadas no passivo não circulante das emissões possuem os seguintes vencimentos:

Ano de vencimento

2026	11.360
2027	104.747
2028	129.961
2029	90.014
Após 2029	161.965
	498.047

Cláusula Financeira (Covenant Financeiro) - 12ª emissão de debêntures

Em conformidade com a escritura de emissão de debêntures da Sociedade, a Emissora compromete-se a manter, durante toda a vigência da emissão e enquanto houver valores devidos em virtude das debêntures, o cumprimento dos seguintes índices financeiros, apurados ao final de cada trimestre civil com base nas demonstrações financeiras revisadas ou auditadas da Sociedade:

(a) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) - Índice de Distribuição

O ICSD é utilizado como requisito para que a Emissora possa realizar operações financeiras com suas controladoras, bem como efetuar distribuições a acionistas sob a forma de dividendos, juros sobre capital próprio ou outras modalidades.

A Planalto Sul deve manter ICSD igual ou superior a 1,20, apurado trimestralmente com base nas demonstrações financeiras revisadas ou auditadas, conforme a seguinte fórmula:

Fórmula para o ICSD:

$$ICSD = \frac{\text{EBITDA Ajustado} - \text{Impostos Pagos} - \text{CAPEX}}{\text{Serviço das Dívidas}}$$

Onde:

- (i) EBITDA Ajustado: lucro (prejuízo) líquido antes de IR e CSLL, adicionando (i.a) despesas não operacionais; (i.b) despesas financeiras; (i.c) provisão para desvalorização de ativos, amortizações e depreciações (apresentadas no fluxo de caixa - método indireto); e (i.d) provisões de manutenção sem efeito caixa; e excluindo (i.e) receitas não operacionais; e (i.f) receitas financeiras, relativos aos últimos 12 meses.
- (ii) Impostos Pagos: somatório do Imposto de Renda e da Contribuição Social pagos nos últimos 12 meses.
- (iii) CAPEX: montante investido em obras e equipamentos operacionais nos últimos 12 meses, conforme demonstrado nas demonstrações financeiras.
- (iv) Serviço das Dívidas: soma das amortizações de principal e pagamento de juros de dívidas, empréstimos, financiamentos, debêntures e outros instrumentos de dívida dos últimos 12 meses.

(b) Índice Patrimônio Líquido sobre Ativo Total (PL/Ativo Total) - Índice de Distribuição e Manutenção

O PL/Ativo Total é utilizado como requisito para que a Planalto Sul possa realizar operações financeiras com suas controladoras, bem como efetuar distribuições a acionistas sob a forma de dividendos, juros sobre capital próprio ou outras modalidades. A não observância desse índice, ainda que temporária, caracteriza inadimplemento contratual, podendo acarretar vencimento antecipado das debêntures, conforme previsto na escritura.

A Planalto Sul deve manter PL/Ativo Total igual ou superior a 20%, apurado trimestralmente com base nas demonstrações financeiras revisadas ou auditadas, conforme a seguinte fórmula:

$$PL/Ativo Total = \frac{\text{Patrimônio Líquido}}{\text{Ativo Total}} \geq 20\%$$

(c) Índice de Alavancagem (Dívida Líquida/EBITDA Ajustado) - Índice de Manutenção

Este índice representa a razão entre Dívida Líquida e EBITDA Ajustado, devendo ser observado pela Planalto Sul em caráter contínuo durante toda a vigência da emissão. A não observância desse índice, ainda que temporária,

Notas Explicativas

caracteriza inadimplemento contratual, podendo acarretar vencimento antecipado das debêntures, conforme previsto na escritura.

Os limites máximos permitidos para este índice são:

- Até 2025: ≤ 4,50
- 2026 a 2027: ≤ 3,50
- 2028 a 2029: ≤ 2,50
- 2030: ≤ 2,00
- 2031: ≤ 1,00

Para fins contratuais:

- considera-se como “Dívida Líquida”, a soma dos saldos dos empréstimos, financiamentos e outras dívidas financeiras onerosas, incluindo, sem limitação, as debêntures, o saldo líquido das operações ativas e passivas com derivativos em que a Emissora seja parte, bem como avais, fianças e demais garantias prestadas em benefício de empresas não consolidadas nas demonstrações financeiras auditadas da Emissora, classificadas no passivo circulante e exigível de longo prazo da Emissora, menos as disponibilidades. Os casos de avais, fianças e outras garantias prestadas mantidas fora do balanço da Emissora considerar-se-ão como dívida; e
- considera-se como “EBITDA Ajustado”, o lucro (prejuízo) líquido antes do imposto de renda e da contribuição social, adicionando-se (i) despesas não operacionais; (ii) despesas financeiras; (iii) despesas com provisão para desvalorização de ativos, amortizações e depreciações (sendo as amortizações e depreciações apresentadas no fluxo de caixa método indireto); e (iv) provisão de manutenção que não tenha efeito caixa; e excluindo-se (i) receitas não operacionais; e (ii) receitas financeiras; apurado com base nos últimos 12 (doze) meses contados da data-base de cálculo do índice.

Em relação às cláusulas restritivas contábeis e financeiras mencionadas acima, a Sociedade avaliou e não há impacto nas demonstrações a ser apresentado, pois em 30 de setembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, não há passivos financeiros conversíveis em ações.

A Sociedade cumpriu todos os índices dos *covenants* de suas debêntures na data de 30 de setembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024.

A Sociedade estima que irá cumprir os *covenants* que serão apresentados trimestralmente nos próximos doze meses, dessa forma os saldos de curto e longo prazo das suas dívidas representam a melhor estimativa de desembolso com base nos vencimentos previstos em seus contratos para os próximos doze meses.

14. FORNECEDORES E CAUÇÕES CONTRATUAIS

Em 30 de setembro de 2025, o saldo no passivo circulante de R\$14.353 (R\$13.677 em 31 de dezembro de 2024) refere-se a passivos junto a fornecedores e prestadores de serviços relacionados principalmente a valores por conta de serviços, materiais e equipamentos relacionados a obras de melhorias, manutenção e conservação. O saldo de R\$4.756 (R\$4.773 em 31 de dezembro de 2024) refere-se a cauções contratuais de fornecedores e prestadores de serviços registrados de acordo com as condições estabelecidas em contrato prevendo retenções que pode variar de 3% a 10% sobre o valor dos serviços prestados de acordo com o negociado com o prestador em cada contrato. Esses saldos estão relacionados predominantemente à concessão e incluem gastos com itens do imobilizado e execução de obras na rodovia.

15. ARRENDAMENTO MERCANTIL A PAGAR

A movimentação de saldos de arrendamento mercantil a pagar é apresentada no quadro abaixo:

	30.09.2025			30.09.2024		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Saldo inicial	7.089	1.186	8.275	8.377	2.899	11.276
Remensuração	2.213	-	2.213	6.707	255	6.962
Adições	680	6.231	6.911	-	-	-
Utilização (*)	(9.551)	-	(9.551)	(8.855)	-	(8.855)
Ajuste a valor presente - AVP	883	-	883	639	-	639
Transferência	685	(685)	-	2.295	(2.295)	-
	1.999	6.732	8.731	9.163	859	10.022

(*) Das utilizações, os pagamentos efetuados no período findo em 30 de setembro de 2025, referentes aos arrendamentos realizados, foram de R\$8.502 (R\$7.871 em 30 de setembro de 2024).

Notas Explicativas

Em 30 de setembro de 2025, o valor presente das parcelas a vencer no passivo não circulante relativas aos arrendamentos apresentavam os seguintes vencimentos:

<u>Ano de vencimento</u>	
2026	1.039
2027	1.071
2028	1.228
2029	1.409
Após 2029	1.985
	6.732

O potencial PIS/Cofins (9,25%) embutidos na contraprestação dos arrendamentos no período findo em 30 de setembro de 2025 são respectivamente R\$158 e R\$726 para Pis e Cofins (R\$146 e R\$673 respectivamente, em 30 de setembro de 2024).

A Administração revisa a taxa de desconto periodicamente, para o período findo em 30 de setembro de 2025 a taxa média é de 14,01% a.a. (10,07% a.a. em 30 de setembro de 2024). A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração tem como base a taxa de crédito da Sociedade excluídos os financiamentos do BNDES, levando em consideração o prazo de cada contrato de arrendamento.

16. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações efetuadas com a controladora e demais partes relacionadas são relativas a despesas administrativas e debêntures para capital de giro.

Os saldos patrimoniais em 30 de setembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 e as transações realizadas no resultado em 30 de setembro de 2025 e 2024, com a controladora e partes relacionadas, com as quais ocorreram operações, estão demonstrados a seguir:

<u>Passivo circulante</u>	<u>30.09.2025</u>	<u>31.12.2024</u>
<u>Controladora / Outras Partes Relacionadas</u>		
Contas a pagar:		
Arteris S.A.- controladora (a)	2.302	2.785
Litoral Sul S.A. (c)	785	895
Total do passivo circulante	3.087	3.680
<u>Passivo não circulante</u>	<u>30.09.2025</u>	<u>31.12.2024</u>
Debêntures a pagar:		
Arteris S.A.- controladora (b)	252.240	228.589
Total do passivo não circulante	252.240	228.589

<u>Passivos Circulante e Não Circulante</u>	<u>30.09.2025</u>			<u>30.09.2024</u>		
	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	<u>Total</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	<u>Total</u>
Saldo inicial	-	228.589	228.589	-	384.230	384.230
Captações	-	-	-	-	10.000	10.000
Juros provisionados	-	27.187	27.187	-	21.747	21.747
Amortização/Recebimento de principal	-	-	-	(163.459)	-	(163.459)
Pagamento/Recebimento de juros	-	-	-	(26.541)	-	(26.541)
IR recuperar	-	(3.536)	(3.536)	-	(3.281)	(3.281)
Transferências	-	-	-	190.000	(190.000)	-
Saldo final	-	252.240	252.240	-	222.696	222.696

<u>Contas de Resultado:</u>	<u>30.09.2025</u>		<u>30.09.2024</u>	
	<u>Trimestre</u>	<u>Período</u>	<u>Trimestre</u>	<u>Período</u>
<u>Despesas financeiras (b)</u>				
<u>Controladora</u>				
Arteris S.A.	(10.339)	(27.187)	(6.678)	(21.747)
<u>Outras partes relacionadas</u>				
Total	(10.339)	(27.187)	(6.678)	(21.747)

Notas Explicativas

Contas de Resultado: Despesas gerais (a)	30.09.2025		30.09.2024	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
<u>Controladora</u>				
Arteris S.A.	(2.290)	(6.746)	(4.735)	(12.256)
<u>Outras partes relacionadas</u>				
Litoral Sul S.A.	(1.184)	(3.830)	(1.247)	(4.061)
Total	(3.474)	(10.576)	(5.982)	(16.317)

(a) A Arteris, controladora da Sociedade, adota um critério de rateio de custos da *holding*, com base na receita de suas controladas, a fim de garantir que todas as partes beneficiadas arquem com os gastos referentes às áreas administrativas e de suporte, que serão reembolsados com vencimento médio de 45 dias. Os valores no subitem “Outras partes relacionadas” estão relacionados a reembolsos de custos e despesas administrativas entre as controladas.

(b) Decorrentes da 5ª, 6ª, 7ª, 8ª, 9ª, 10ª e 11ª emissão de debêntures série única não conversíveis em ações celebrado com a Arteris S.A para execução do plano de investimentos da Sociedade. Os referidos títulos serão remunerados a taxa de juros equivalente a 100% da variação do CDI acrescentado do *spread*, respectivamente, de 1% ao ano com vencimentos do principal e juros em 31 de dezembro de 2028. Em 09 de fevereiro de 2024, foram liquidadas as debêntures da 9ª, 10ª e 11ª emissão.

(c) Refere-se a reembolso de rateios da estrutura administrativa.

Data da Liberação	Vencimento	Encargos	30.09.2025		31.12.2024	
			Valor do principal	Juros	Valor do principal	Juros
20.05.2019	31.12.2028	CDI + 1,00% a.a.	9.000	6.417	9.000	5.003
20.09.2019	31.12.2028	CDI + 1,00% a.a.	3.500	2.363	3.500	1.827
21.10.2019	31.12.2028	CDI + 1,00% a.a.	11.500	7.674	11.500	5.920
19.11.2019	31.12.2028	CDI + 1,00% a.a.	9.000	5.941	9.000	4.575
20.12.2019	31.12.2028	CDI + 1,00% a.a.	4.000	2.610	4.000	2.006
20.01.2020	31.12.2028	CDI + 1,00% a.a.	13.000	8.403	13.000	6.448
20.03.2020	31.12.2028	CDI + 1,00% a.a.	7.200	4.562	7.200	3.489
06.04.2020	31.12.2028	CDI + 1,00% a.a.	2.000	1.261	2.000	964
20.04.2020	31.12.2028	CDI + 1,00% a.a.	4.200	2.639	4.200	2.015
20.11.2020	31.12.2028	CDI + 1,00% a.a.	8.500	5.103	8.500	3.864
07.12.2020	31.12.2028	CDI + 1,00% a.a.	800	5.968	800	362
21.12.2020	31.12.2028	CDI + 1,00% a.a.	10.000	479	10.000	4.514
20.01.2021	31.12.2028	CDI + 1,00% a.a.	6.200	3.680	6.200	2.780
22.02.2021	31.12.2028	CDI + 1,00% a.a.	3.100	1.829	3.100	1.381
22.02.2021	31.12.2028	CDI + 1,00% a.a.	1.900	1.197	1.900	903
22.03.2021	31.12.2028	CDI + 1,00% a.a.	1.200	777	1.200	566
05.04.2021	31.12.2028	CDI + 1,00% a.a.	2.000	1.285	2.000	939
20.04.2021	31.12.2028	CDI + 1,00% a.a.	6.000	3.840	6.000	2.803
20.05.2021	31.12.2028	CDI + 1,00% a.a.	7.500	4.736	7.500	3.466
07.06.2021	31.12.2028	CDI + 1,00% a.a.	1.100	688	1.100	505
21.06.2021	31.12.2028	CDI + 1,00% a.a.	7.850	4.885	7.850	3.585
05.07.2021	31.12.2028	CDI + 1,00% a.a.	1.300	801	1.300	590
20.07.2021	31.12.2028	CDI + 1,00% a.a.	2.150	1.317	2.150	969
05.08.2021	31.12.2028	CDI + 1,00% a.a.	1.400	797	1.400	590
20.08.2021	31.12.2028	CDI + 1,00% a.a.	7.500	4.243	7.500	3.134
06.09.2021	31.12.2028	CDI + 1,00% a.a.	2.000	1.118	2.000	829
20.09.2021	31.12.2028	CDI + 1,00% a.a.	7.600	4.226	7.600	3.130
05.10.2021	31.12.2028	CDI + 1,00% a.a.	1.000	549	1.000	408
20.10.2021	31.12.2028	CDI + 1,00% a.a.	6.000	3.269	6.000	2.428
22.11.2021	31.12.2028	CDI + 1,00% a.a.	5.000	2.678	5.000	1.982
06.12.2021	31.12.2028	CDI + 1,00% a.a.	1.500	797	1.500	588
20.12.2021	31.12.2028	CDI + 1,00% a.a.	941	167	941	85
			155.941	96.299	155.941	72.648
			252.240	228.589		

No decorrer do período findo em 30 de setembro de 2025, a Sociedade reconheceu o montante de R\$1.715 (R\$2.135 em 30 de setembro de 2024), a título de remuneração de seus administradores incluídos os encargos, dos quais R\$113 (R\$119 em 30 de setembro de 2024) relativos a diretoria da Sociedade e R\$1.602 (R\$2.016 em 30 de setembro de 2024) relativos ao rateio da diretoria da controladora Arteris. Os administradores estão sujeitos a remuneração por participação nos resultados de acordo com suas métricas, bem como a um programa de

Notas Explicativas

remuneração variável (Incentivo de Longo Prazo - ILP). Neste plano, o executivo é remunerado a partir de sua permanência mínima de três anos na organização, estando também sujeito ao atingimento de metas definidas previamente.

Os administradores não obtiveram ou concederam empréstimos à Sociedade e a suas partes relacionadas, tampouco possuem benefícios indiretos, benefícios pós-emprego, benefícios de rescisão de contrato de trabalho e remuneração baseada em ações.

A remuneração dos administradores foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, sendo a remuneração global anual para o exercício de 2025 sem encargos em até R\$339 (R\$310 para o exercício de 2024).

Em relação às transações realizadas com partes relacionadas, essas transações são submetidas ao Conselho de Administração para aprovação, nos termos do Estatuto Social. As operações e os negócios celebrados pela Sociedade com partes relacionadas estão sujeitos aos encargos financeiros descritos anteriormente, que são compatíveis com as taxas praticadas no mercado.

17. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A Sociedade concede a seus empregados Programa de Participação nos Resultados - PPR anual. O cálculo desta participação baseia-se no alcance de metas empresariais e objetivos específicos, estabelecidos, aprovados e divulgados no início de cada exercício e seu pagamento é efetuado no exercício seguinte conforme mensuração do atingimento das metas e dos objetivos. Durante o período/exercício correntes as provisões contábeis são apuradas mensalmente em bases estimadas e apropriadas ao resultado, tendo como contrapartida as obrigações sociais. Os saldos de provisão para o PPR registrados em 30 de setembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, respectivamente, na rubrica “Obrigações sociais” são de R\$628 e R\$890.

Participam do programa anual todos os empregados ativos e empregados desligados para o período que trabalharam durante o exercício social. No caso de empregados desligados participam aqueles com desligamento sem justa causa.

O cálculo da participação baseia-se em metas empresariais e objetivos específicos sobre os quais são atribuídos pesos conforme tabelas específicas. As metas, os objetivos e os pesos, resumem-se principalmente em cumprimento do orçamento de despesas e receitas, EBITDA (*Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*) do Grupo Arteris e da Sociedade, além de avaliações individuais baseadas em competência técnica e comprometimento com qualidade.

A Sociedade provê a seus empregados benefícios de assistência médica, reembolso odontológico e seguro de vida, enquanto permanecem com vínculo empregatício. Tais benefícios são parcialmente custeados pelos empregados de acordo com sua categoria profissional e utilização dos respectivos planos. Esses benefícios são registrados como custos ou despesas quando incorridos.

18. PROVISÕES

a) Riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios

A movimentação dos saldos dos riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios durante os períodos findos em 30 de setembro de 2025 e 2024 é conforme segue:

	31.12.2024	Adições	Reversões	Pagamentos	Encargos	30.09.2025
Cíveis	238	3.116	(2.142)	(1.217)	6	1
Trabalhistas	385	1.181	(574)	(657)	3	338
Regulatórios	3.720	156	-	-	(4)	3.872
Total	4.343	4.453	(2.716)	(1.874)	5	4.211

	31.12.2023	Adições	Reversões	Pagamentos	Encargos	30.09.2024
Cíveis	218	2.747	(120)	(2.655)	11	201
Trabalhistas	422	1.375	(816)	(522)	2	461
Regulatórios	3.551	247	(160)	-	45	3.683
Total	4.191	4.369	(1.096)	(3.177)	58	4.345

A Sociedade é parte em processos regulatórios administrativos movidos pela ANTT. Periodicamente, a Sociedade realiza revisões técnicas e jurídicas nesses processos, visando avaliar e mensurar os potenciais riscos existentes.

Conforme mencionado na nota nº 2, no dia 28 de julho de 2023 foi celebrado Termo de Ajuste de Conduta na Modalidade Multas - TAC Multas entre a Sociedade e ANTT tendo por objetivo a compensação dos efeitos do descumprimento do dever de pagamento de penalidades pecuniárias aplicadas e não transitadas em julgado na

Notas Explicativas

esfera administrativa, mediante conversão em obrigação de investimento, nos termos do § 3º do art. 1º da Resolução nº 5.823, de 2018.

Adicionalmente, a Sociedade é parte em processos ainda em andamento, advindos do curso normal de suas operações, classificados como de risco possível por seus advogados, para os quais não foram constituídas provisões. Tais processos estão representados conforme segue:

Possíveis	30.09.2025	31.12.2024
Cíveis	8.263	7.767
Trabalhistas	1.413	530
Regulatórios	56.909	54.679
Total	66.585	62.976

Os depósitos judiciais no montante de R\$3.752 (R\$3.642 em 31 de dezembro de 2024), classificados no ativo não circulante, referem-se a discussões judiciais para as quais R\$268 (R\$316 em 31 de dezembro de 2024) há provisão registrada, por se tratar de prognóstico provável. Os demais, não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco ser classificado como possível ou remoto. Esse saldo é composto em parte por depósitos relacionados a autos de infrações impostos pela ANTT.

b) Provisão para manutenção

A provisão para manutenção é calculada com base nos fluxos de caixa futuros estimados descontados a valor presente pela taxa de desconto de 7,41% a.a. em 30 de setembro de 2025 (7,61% a.a. em 31 de dezembro de 2024), considerando os valores da próxima intervenção que, de acordo com o contrato de concessão o ciclo é de 4 anos.

A movimentação do saldo das provisões para manutenção durante os períodos findos em 30 de setembro de 2025 e 2024 é conforme segue:

	Circulante	Não circulante	Total
	Manutenção em rodovia	Manutenção em rodovia	Manutenção em rodovia
Saldo em 31.12.2024	26.664	26.841	53.505
Adições/Reversões	9.853	14.929	24.782
Utilizações	(36.264)	-	(36.264)
Ajuste a valor presente	1.309	1.410	2.719
Transferências	14.674	(14.674)	-
Saldo em 30.09.2025	16.236	28.506	44.742

	Circulante	Não circulante	Total
	Manutenção em rodovia	Manutenção em rodovia	Manutenção em rodovia
Saldo em 31.12.2023	45.389	29.432	74.821
Adições/Reversões	2.533	18.278	20.811
Utilizações	(40.406)	-	(40.406)
Ajuste a valor presente	1.718	1.276	2.994
Transferências	20.122	(20.122)	-
Saldo em 30.09.2024	29.356	28.864	58.220

Os pagamentos efetuados no período findo em 30 de setembro de 2025 referentes às manutenções realizadas foram de R\$32.421 (R\$35.823 em 30 de setembro de 2024).

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social

O capital social subscrito em 30 de setembro de 2025 é de R\$878.034 (R\$1.128.034 em 31 dez 2024), composto por 1.721.076.003 ações ordinárias e sem valor nominal, e o capital integralizado é de R\$849.584 (R\$1.099.584 em 31 dez 2024), que representa 1.656.659.368 ações.

Em 23 de abril de 2025, foi aprovada a redução de capital da Sociedade, por excesso de capital social, nos termos do artigo 173 da Lei nº 6.404/76, onde o capital social subscrito reduz de R\$1.128.034 para R\$878.034 e o capital integralizado de R\$ 1.099.584 para R\$ 849.584 configurando uma redução de R\$250.000, mediante a absorção de parte dos prejuízos acumulados, sem restituição de capital ao acionista da Companhia e sem o cancelamento de quaisquer ações representativas do capital social, mantendo-se portanto, inalterado o número de ações.

Cada ação tem direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

Reserva legal e retenção de lucros

Notas Explicativas

O estatuto social da Sociedade prevê que o lucro líquido do exercício, após a destinação da reserva legal, na forma da lei, poderá ser destinado à reserva para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais, retenção de lucros prevista em orçamento de capital a ser aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas, reserva de lucros a realizar ou distribuição de dividendos adicionais observado o artigo 198 da Lei nº 6.404/76.

Distribuição de dividendos

O estatuto social da Sociedade prevê a distribuição de, no mínimo, dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

A proposta de distribuição de dividendos efetuada pela Administração da Sociedade que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo na rubrica “Dividendos propostos” por ser considerada como uma obrigação legal prevista no estatuto social da Sociedade.

Juros sobre capital próprio

Os juros sobre capital próprio são reconhecidos como distribuição de lucros, uma vez que têm a característica de um dividendo para efeito de apresentação nas informações contábeis intermediárias. O valor dos juros é calculado como uma porcentagem do patrimônio líquido da Sociedade, usando a Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, estabelecida pelo governo brasileiro, conforme exigência legal. Estão limitados a 50% do lucro líquido do exercício ou 50% do saldo acumulado de lucros retidos em exercícios anteriores, o que for maior.

Sobre o valor calculado dos juros sobre capital próprio é devido o Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF, calculado à alíquota de 15%. Adicionalmente, conforme permitido pela Lei nº 9.249/95, a referida remuneração é considerada como dedutível para fins de imposto de renda e contribuição social.

20. RECEITAS

A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração do resultado dos períodos é como segue:

	30.09.2025		30.09.2024	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Receita de serviços prestados	82.008	242.727	74.115	212.432
Receita de serviços de construção	18.627	61.724	28.551	93.021
Outras receitas	312	890	316	1.035
Receita bruta	100.947	305.341	102.982	306.488
ISSQN	(4.101)	(12.137)	(3.706)	(10.622)
PIS	(534)	(1.581)	(484)	(1.387)
COFINS	(2.466)	(7.298)	(2.231)	(6.401)
Outras deduções	(124)	(343)	(45)	(97)
Receita líquida	93.722	283.982	96.516	287.981

21. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

Estão representados por:

	30.09.2025		30.09.2024	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Custos:				
Com pessoal	(5.145)	(14.917)	(4.864)	(14.062)
Serviços de terceiros	(3.791)	(12.043)	(4.291)	(12.787)
Conservação	(2.638)	(7.298)	(2.611)	(7.206)
Manutenção e conservação de móveis e imóveis	(222)	(512)	(221)	(720)
Consumo	(765)	(1.785)	(486)	(1.222)
Transportes	(852)	(2.532)	(777)	(2.243)
Verba de fiscalização	(1.221)	(3.663)	(1.164)	(3.493)
Recursos para desenvolvimento tecnológico	(169)	(169)	-	-
Seguros / Garantias	(670)	(1.833)	(561)	(1.665)
Provisão de manutenção em rodovias	(6.179)	(24.782)	(6.725)	(20.811)
Custos de serviços da construção	(18.627)	(61.724)	(28.551)	(93.021)
Depreciação / Amortização	(38.616)	(106.718)	(32.943)	(96.251)
Outros	(76)	(137)	(24)	(81)
Total	(78.971)	(238.113)	(83.218)	(253.562)

Notas Explicativas

	30.09.2025		30.09.2024	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Despesas gerais e administrativas:				
Com pessoal	(1.997)	(6.463)	(4.469)	(11.109)
Serviços de terceiros	(450)	(964)	(191)	(1.511)
Manutenção de bens e conservação	(312)	(961)	(485)	(1.500)
Consumo	(62)	(320)	(244)	(707)
Transportes	(17)	(47)	(101)	(176)
Seguros/Garantias	(4)	(12)	(6)	(17)
Provisão/(reversão) para riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios	(64)	(1.737)	(150)	(3.273)
Comunicação e marketing	(27)	(70)	(67)	(174)
Indenizações à terceiros	(13)	(30)	(13)	(34)
Publicações legais	(3)	(183)	71	(169)
Depreciação / Amortização	(163)	(493)	(143)	(428)
Outros	(208)	(637)	(169)	(601)
Total	(3.320)	(11.917)	(5.967)	(19.699)

22. RESULTADO FINANCEIRO

Está representado por:

	30.09.2025		30.09.2024	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Receitas financeiras:				
Aplicações financeiras	9.917	26.243	7.252	18.297
Créditos fiscais	39	280	5	72
Total	9.956	26.523	7.257	18.369

	30.09.2025		30.09.2024	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Despesas financeiras:				
Encargos financeiros (*)	(29.468)	(88.399)	(24.121)	(70.695)
Encargos financeiros – ajuste a valor presente	(1.135)	(3.602)	(1.140)	(3.633)
Outras despesas	(763)	(1.979)	(633)	(4.272)
Total	(31.366)	(93.980)	(25.894)	(78.600)

(*) Do total dos juros de empréstimos e financiamentos e debêntures incorridos em 30 de setembro de 2025 no valor de R\$95.087, o montante de R\$6.688 foi reconhecido como adição de infraestrutura em construção na demonstração dos fluxos de caixa de investimento (R\$73.334 e R\$2.639 em 30 de setembro de 2024).

23. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

a) Caixa e equivalentes de caixa

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluída na demonstração dos fluxos de caixa está demonstrada na nota explicativa nº 5.

b) Informações suplementares

	30.09.2025	30.09.2024
Total das adições de intangível e intangível em andamento (a)	69.162	95.394
Total das adições de imobilizado (b)	-	23
Juros capitalizados - financiamentos (a)	-	(1)
Juros capitalizados - debêntures (a)	(6.688)	(2.638)
	62.474	92.778
Aquisição (adições)	(62.474)	(92.778)
Fornecedores	(6.153)	6.363
Obrigações fiscais	(392)	510
Contas a pagar - partes relacionadas	(70)	134
Cauções contratuais	(6)	1.398
Total dos fluxos de caixa na compra de intangível e infraestrutura em construção	(69.095)	(84.373)
Fluxo de caixa imobilizado	-	(23)
Fluxo de caixa intangível	(69.095)	(84.350)
Total dos fluxos de caixa de imobilizado e intangível	(69.095)	(84.373)

Notas Explicativas

Transações de investimentos e financiamentos que envolvem caixa:
Pagamento de exercícios anteriores menos valores a pagar no exercício, que não afetaram as adições das notas de imobilizado e intangível e infraestrutura em construção (6.621) 8.405

(a) Vide notas explicativas nº 11 e nº 22.
(b) Vide nota explicativa nº 10.

24. PREJUÍZO POR AÇÃO

O cálculo básico de prejuízo por ação é feito por meio da divisão do prejuízo do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Sociedade, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o período.

A tabela a seguir reconcilia o prejuízo e a média ponderada do número de ações utilizados para o cálculo do prejuízo básico e diluído por ação.

	30.09.2025		30.09.2024	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
<u>Básico/Diluído</u>				
Prejuízo do período	(8.696)	(29.026)	(10.816)	(44.899)
Número de ações durante período	1.721.076	1.721.076	1.721.076	1.721.076
Prejuízo por ação	(0,0051)	(0,0169)	(0,0063)	(0,0261)

Não há diferença entre prejuízo básico e prejuízo diluído por ação, pois não houve durante os períodos findos em 30 de setembro de 2025 e de 2024, instrumentos patrimoniais com efeitos dilutivos.

25. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

As operações com instrumentos financeiros da Sociedade estão reconhecidas nas informações contábeis intermediárias, conforme quadro a seguir:

			30.09.2025		31.12.2024	
Ativo	Nível	Mensuração (*)	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Caixas e equivalentes de caixa	N/A	2	67.778	67.778	210.539	210.539
Aplicação Financeira	N/A	2	106.175	106.175	29.662	29.662
Contas a receber clientes	N/A	2	18.370	18.370	14.703	14.703
Aplicações financeiras vinculadas	N/A	2	8.254	8.254	21.791	21.791
Outros Créditos	N/A	2	1.512	1.512	173	173
			202.089	202.089	276.868	276.868
Passivo						
Debêntures privada - partes relacionadas	N/A	2	252.240	252.240	228.589	228.589
Contas a pagar - partes relacionadas	N/A	2	3.087	3.087	3.680	3.680
Debêntures (a)	N/A	2	588.315	592.436	681.357	674.856
Fornecedores e cauções contratuais	N/A	2	19.109	19.109	18.450	18.450
Taxa de fiscalização	N/A	2	407	407	396	396
Outras contas a pagar	N/A	2	1.931	1.931	1.955	1.955
			865.089	869.210	934.427	927.926

(a) Valor bruto
(*) Mensuração: 1) Mensurados a valor justo por meio de resultado 2) Custo amortizado

Mensuração a valor justo

O pronunciamento técnico CPC 46 requer a classificação em uma hierarquia de três níveis para mensurações a valor justo dos instrumentos financeiros. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Sociedade usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

Notas Explicativas

- Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Técnicas de mensuração do valor justo:

A Sociedade avaliou que o valor justo das contas a receber, contas a pagar a fornecedores e cauções contratuais e demais ativos e passivos circulantes são equivalentes a seus valores contábeis, principalmente aos vencimentos de curto prazo desses instrumentos.

O valor justo dos ativos a receber e passivos a pagar a longo prazo, tais como aplicações financeiras, aplicações financeiras vinculadas, são avaliadas pela Sociedade com base em parâmetros tais como taxas de juros e fatores de risco. Com base nessa avaliação, o valor contábil desses ativos e passivos se aproximava de seu valor justo.

Os valores contábeis dos empréstimos e financiamentos sujeitos a taxas pós-fixadas tais como TJLP e CDI aproximam-se dos seus valores justos uma vez que esses instrumentos estão sujeitos a taxas variáveis.

Já as debêntures tiveram seus valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas, acrescidas dos *spreads* contratuais e trazidos a valor presente pela taxa livre de risco (pré-DI).

26. GESTÃO DE RISCO

De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante a avaliação potencial dos riscos. Os principais fatores de risco que podem afetar os negócios da Sociedade estão apresentados a seguir:

Riscos de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações - irão afetar os ganhos da Sociedade ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

a) Exposição a riscos de taxas de juros

A Sociedade está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações da TJLP, do IPCA e do CDI, relativos a financiamentos e debêntures em reais. As taxas de juros das aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI.

Em 30 de setembro de 2025, a Administração efetuou análise de sensibilidade considerando aumentos de 25% e de 50% nas taxas de juros esperadas sobre os saldos de empréstimos e financiamentos e debêntures, líquidos das aplicações financeiras.

A tabela abaixo demonstra a sensibilidade a uma possível mudança nas taxas de juros, mantendo-se todas as outras variáveis constantes no lucro antes da tributação (é afetado pelo impacto das debêntures a pagar sujeitas a taxas variáveis).

Efeito no lucro antes da tributação - Aumento em pontos bases			
Indicadores	Cenário I (provável)	Cenário II (+ 25%)	Cenário III (+50%)
CDI	12,15%	15,19%	18,23%
Juros a incorrer - Empréstimos e Debêntures (*)	(37.855)	(45.921)	(53.988)
Receita de aplicações financeiras	836	1.045	1.253
Juros a incorrer - Mútuos e Debêntures privadas (*)	(33.816)	(41.564)	(49.311)
Juros a incorrer CDI líquido (*)	(70.835)	(86.440)	(102.046)
IPCA	4,28%	5,35%	6,42%
Juros a incorrer - Debêntures	(36.268)	(39.919)	(43.570)
Juros a incorrer IPCA líquido (*)	(36.268)	(39.919)	(43.570)
Juros a incorrer líquido no resultado	(107.103)	(126.359)	(145.616)

Fonte dos índices dos cenários apresentados: IPCA e CDI relatório Focus de 26 de setembro de 2025, disponibilizados no website do Banco Central do Brasil - BACEN. TJLP consulta de séries, disponibilizado no website do Banco Central do Brasil - BACEN.

(*) Refere-se ao cenário de juros a incorrer para os próximos 12 meses ou até a data do vencimento do contrato, o que for menor.

b) Risco de crédito

Notas Explicativas

Risco de crédito é o risco de a Sociedade incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros da Sociedade.

A exposição da Sociedade ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada operação. Além disso, as receitas de pedágio se dão de forma bem distribuída durante todo o período/exercício, sendo os seus recebimentos por meio de pagamentos à vista ou por meio de pagamentos eletrônicos com garantias das suas administradoras de cobranças. Para os casos das receitas acessórias, a Sociedade interrompe a prestação de serviços em casos de inadimplementos.

Em 30 de setembro de 2025, a Sociedade apresentava valores a receber no valor de R\$17.448 (R\$14.093 em 31 de dezembro de 2024) com as empresas CGMP - Centro de Gestão de Meios de Pagamentos S.A., Conectcar Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A., Move Mais Meios de Pagamentos Ltda, Companhia Brasileira de Soluções e Serviços e Greenpass Tecnologia em Pagamentos S.A, decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio registrados na rubrica “Contas a receber”.

A Sociedade possui cartas de fiança firmadas por instituições financeiras para garantir a arrecadação das contas a receber com as empresas administradoras do sistema eletrônico de pagamento de pedágio.

c) Risco de liquidez e gestão de capital

Risco de liquidez é o risco de que a Sociedade irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Sociedade na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Sociedade.

O risco de liquidez é gerenciado pela controladora Arteris S.A., que possui um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para as necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos.

A controladora Arteris S.A. gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

A Sociedade administra o capital por meio do monitoramento dos níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e a cláusula contratual restritiva (covenants) previstos em contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures é monitorada regularmente pela tesouraria e reportada periodicamente para a Administração para garantir que o contrato esteja sendo cumprido.

No período findo em 30 de setembro de 2025 a Sociedade reconheceu um prejuízo de R\$29.026 (R\$44.899 em 30 de setembro de 2024).

A Administração antecipa que quaisquer obrigações requeridas de pagamentos adicionais serão cumpridas com fluxos de caixa operacionais ou captações alternativas de recursos.

A tabela a seguir apresenta o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Sociedade e os prazos de amortização contratuais. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do período.

O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações:

Modalidade	Taxa de juros (a)	Fluxos de caixa contratuais						
		Valor contábil	Total	3 meses ou menos	3 a 12 meses	1 a 2 anos	2 a 4 anos	5 anos ou mais
Arrendamento mercantil a pagar	14,01%	8.731	12.384	1.403	1.592	1.884	3.559	3.946
Partes relacionadas	1,08%	252.240	252.240	-	-	-	252.240	-
Debêntures - CDI (b)	17,26%	264.342	338.891	-	127.625	112.853	98.413	-
Debêntures - IPCA (b)	11,47%	323.973	548.500	23.225	21.097	128.748	126.209	249.221
Fornecedores e cauções contratuais		19.109	19.109	14.353	4.756	-	-	-
Fornecedores partes relacionadas		3.087	3.087	3.087	-	-	-	-
Outras contas a pagar		1.931	1.931	1.931	-	-	-	-
		873.413	1.176.142	43.999	155.070	243.485	480.421	253.167

(a) Média ponderada efetiva % a.a.
(b) Valores brutos dos custos de transação.

Notas Explicativas

27. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

Os segmentos operacionais devem ser identificados com base nos relatórios internos a respeito dos componentes da Sociedade, regularmente revisados pela diretoria da Administração da Sociedade, principal tomador de decisões operacionais, para alocar recursos ao segmento e avaliar seu desempenho.

Como forma de gerenciar seus negócios tanto no âmbito financeiro como no operacional, a Sociedade classificou seus negócios como exploração de concessão pública de rodovias, sendo este o único segmento de negócio. A área geográfica de concessão da Sociedade é dentro do território brasileiro e as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias (clientes externos).

28. GARANTIAS E SEGUROS

A Sociedade, por força contratual, mantém regularizadas e atualizadas as garantias que cobrem a execução das funções de ampliação e conservação especial e das funções operacionais de conservação ordinária da malha rodoviária e o pagamento da parcela fixa do ônus da concessão, quando aplicável.

Adicionalmente, por força contratual e por política interna de gestão de riscos, a concessionária mantém vigentes apólices de seguros de riscos operacionais, de engenharia e de responsabilidade civil, para garantir a cobertura de danos decorrentes de riscos inerentes às suas atividades, tais como perda de receita, destruição total ou parcial das obras e dos bens que integram a concessão, além de danos materiais e corporais aos usuários.

Em 30 de setembro de 2025, as coberturas de seguros são resumidas como segue:

Modalidade	Riscos cobertos	Limites de indenização
Todos os riscos	Riscos patrimoniais/perda de receita	80.000
	Responsabilidade civil	20.000
Garantia	Garantia de execução do Contrato de Concessão	94.249

Além dos seguros anteriormente mencionados, a Sociedade contratou apólices na modalidade Seguro Garantia Judicial referente a discussões judiciais proveniente de autos de infração da ANTT para as quais não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco de perda ser classificado como possível ou remoto. O valor dessa garantia em 30 de setembro de 2025 é de R\$250.943 (R\$171.702 em 31 de dezembro de 2024).

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Deloitte Touche Tohmatsu
Av. John Dalton, 301 - 1º andar - Techno Plaza Corporate
Edifício 2 - Bloco B
13069-330 - Campinas - SP - Brasil
Tel.: + 55 (19) 3707-3000
www.deloitte.com.br

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Aos Administradores e Acionistas da
Autopista Planalto Sul S.A.

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Autopista Planalto Sul S.A. ("Sociedade"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2025, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos nessa data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo nessa data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração dessas informações contábeis intermediárias de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - "Interim Financial Reporting", emitida pelo "International Accounting Standards Board - IASB", assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity", respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) e com a norma internacional IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

As informações contábeis intermediárias anteriormente referidas incluem a Demonstração do Valor Adicionado ("DVA") referente ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2025, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Sociedade e apresentada como informação suplementar para fins da norma internacional IAS 34. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das Informações Trimestrais - ITR, com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as informações contábeis intermediárias e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 (R1) - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa DVA não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Valores correspondentes

Os valores correspondentes ao balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2024, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria sem modificações, com data de 26 de fevereiro de 2025. Os valores correspondentes às demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2024 e das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2024, apresentados para fins de comparação, foram revisados por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado de 12 de novembro de 2024, sem modificações.

Campinas, 13 de novembro de 2025

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Manoel P. da Silva
Contador
CRC nº 1 SP 205664/O-2

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Na qualidade de Diretores da Autopista Planalto Sul S.A., declaramos, nos termos do parágrafo 1º do artigo 27 da Resolução CVM nº 80/22, datada de 29 de março de 2022, que revimos, discutimos e concordamos com as demonstrações financeiras relativas ao período findo em 30 de setembro de 2025.

São Paulo, 13 de novembro de 2025.

Alisson de Almeida Freire - Diretor Presidente

Nilton Leonardo Fernandes Oliveira - Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Giane Luza Zimmer Freitas - Diretora de Assuntos Regulatórios

Antonio Cesar Ribas Sass - Diretor Superintendente

Luiz Cesar Lindgren Costa - Diretor de Engenharia

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Na qualidade de Diretores da Autopista Planalto Sul S.A., declaramos, nos termos do parágrafo 1º do artigo 27 da Resolução CVM nº 80/22, datada de 29 de março de 2022, que revimos, discutimos e concordamos com o conteúdo e opinião expressos no parecer da Deloitte Touche Tohmatsu, relativas ao período findo em 30 de setembro de 2025.

São Paulo, 13 de novembro de 2025.

Alisson de Almeida Freire - Diretor Presidente

Nilton Leonardo Fernandes Oliveira - Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Giane Luza Zimmer Freitas - Diretora de Assuntos Regulatórios

Antonio Cesar Ribas Sass - Diretor Superintendente

Luiz Cesar Lindgren Costa - Diretor de Engenharia